



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 130

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 23 de março de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

A sessão iniciou-se com a votação do **Projeto de Resolução n.º 11/2012 – “Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, o qual foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se a aprovação, por unanimidade, de 4 pedidos de urgência:

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 12/2012 – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Sobre o mesmo usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 13/2012 – “Salvaguarda dos Açores em qualquer processo negocial relativo ao acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos para utilização da Base das Lajes”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 14/2012 – “pronúncia, por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na Base das Lajes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 15/2012 – “pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre os pressupostos em que deve assentar qualquer negociação, entre o Governo da República e os Estados Unidos da América, no âmbito das relações de cooperação e defesa entre os dois estados e da presença norte-americana na Base das Lajes”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Seguiu-se o debate em conjunto dos diplomas anteriormente citados e aprovados.

Assim, usaram da palavra para apresentação dos diplomas os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*), seguindo-se o debate que contou também com a participação dos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Zuraída Soares (*BE*) e do Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Para um protesto, usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), seguindo-se um contraprotesto pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Os trabalhos foram suspensos para uma reunião conjunta de um grupo de deputados dos diversos grupos e representações parlamentares, da qual resultou uma proposta de substituição integral relativamente aos diplomas apresentados pela Representação Parlamentar do PCP, pelo Grupo Parlamentar do PSD e

pelo Grupo Parlamentar do PS, a qual foi aprovada por maioria, aquando da votação em plenário.

Relativamente ao Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, o mesmo foi rejeitado por maioria, aquando da votação em plenário.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 – “redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado Francisco César, usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

O debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 – “redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores”**, iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e contou ainda com a participação dos Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*) e ainda do Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria, na generalidade, na especialidade e em votação final global.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco César (*PS*).

Posteriormente foi aprovado por unanimidade o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 16/2012 – “Comissão para acompanhamento e promoção de medidas conjunturais de combate ao desemprego”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), a quem coube a justificação da urgência, e Aníbal Pires (*PCP*).

Apresentado o **Projeto de Resolução n.º 16/2012 – “Comissão para acompanhamento e promoção de medidas conjunturais de combate ao desemprego”**, pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*):

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 16 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar a nossa reunião plenária de hoje.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar, naturalmente, pela chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
Joe Valadão **Rego**
José **Gabriel** **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio Borges **Almeida**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, exatamente no momento onde os deixámos na noite de ontem.

Vamos continuar com a discussão do **Projeto de Resolução n.º 11/2012 – “Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, neste momento vou prescindir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Secretária Regional da Educação e Formação.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais inscrições. Creio que posso passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Devo informar a câmara que em Conferência de Líderes foi acordado o seguinte:

Temos 4 resoluções que têm como objeto a situação da Base das Lajes e a possível renegociação do Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos e a República Portuguesa.

Assim sendo, acordou-se em conferência de líderes que a nossa forma de trabalhar seria a seguinte:

Vamos votar cada um por si, naturalmente, os 4 pedidos de urgência destas 4 resoluções.

Depois, relativamente às que forem aprovadas, passaremos a discutir em conjunto, sendo certo que para isso foi fixado um tempo global de 25 minutos para o Governo e para os proponentes; 16 minutos para o BE e 18 minutos para o CDS/PP.

Depois, no final do debate, serão feitas as votações por ordem da respetiva entrada e de cada uma das resoluções.

Assim sendo, está em debate o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 12/2012 – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos**

Açores sobre a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao pedido de urgência julgo que não haverá aqui grande necessidade de o justificar, uma vez que com o mesmo objeto acabaram por dar entrada mais alguns projetos de resolução.

Por outro lado, o quadro que está desenhado à volta desta problemática julgo que, por si só, justifica, a necessidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronunciar sobre as questões que têm a ver com uma eventual renegociação ou alterações àquilo que têm sido as relações entre os Estados Unidos e Portugal, no que toca e no que diz respeito à utilização da infraestrutura militar das Lajes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos votar o pedido de urgência da resolução apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 13/2012 – “Salvaguarda dos Açores em qualquer processo negocial relativo ao acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos para utilização da Base das Lajes”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 14/2012 – “pronúncia, por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na base das Lajes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 15/2012 – “pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre os pressupostos em que deve assentar qualquer negociação, entre o Governo da República e os Estados Unidos da América, no âmbito das relações de cooperação e defesa entre os dois estados e da presença norte-americana na Base das Lajes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Foram aprovados os 4 pedidos de urgência, o que significa que passamos ao debate conjunto das resoluções, com os tempos que foram anunciados.

Naturalmente que vou dar a palavra a cada um dos proponentes para fazer a respetiva apresentação, por ordem cronológica de entrada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que dizem respeito à Base das Lajes, a postura do PCP Açores tem sido sempre a da seriedade e responsabilidade política.

Temos a nossa posição sobre os assuntos de política externa e internacional e é publicamente conhecida.

Fazemos a nossa própria avaliação sobre a atuação político-militar dos Estados Unidos da América e manifestamo-la nos espaços e momentos próprios.

Mas tal não nos impede, nem poderia nunca impedir de defender com toda a convicção e com toda a firmeza os interesses de Portugal e dos Açores.

E é justamente do interesse de Portugal e dos Açores que tratamos aqui hoje. Não estamos preocupados, nem sensibilizados com os objetivos orçamentais norte-americanos ou com as alterações estratégicas no seu dispositivo de defesa. Não estamos aqui sequer a responder aos auto-proclamados especialistas e aos responsáveis políticos, que antes destes processos negociais sempre aparecem com declarações – mesmo a propósito! – visando desvalorizar a importância estratégica dos Açores e da Base das Lajes.

Ao contrário de outros, não utilizamos, nem utilizaremos os trabalhadores da Base das Lajes para a guerrilha política. Não procurámos, nem procuraremos uma suposta liderança que nos trouxesse eventualmente qualquer benefício político, sacrificando a força da postura da Região.

Estamos aqui, a defender nesta tribuna, o interesse português e o interesse açoriano e apenas isso. Procurámos, assim, apresentar uma proposta que juntasse a firmeza negocial em relação aos postos de trabalho na Base, com a necessidade de um consenso que reforçasse a posição açoriana.

A nossa proposta procura o consenso. Mas isso não quer dizer que tenhamos esquecido o que foi a vergonhosa postura de capitulação do estado Português e do Governo Regional em relação ao inquérito salarial, que prejudicou os trabalhadores da Base em vários milhões de Euros. Não esquecemos a inutilidade da participação do representante dos Açores na Comissão Bilateral. Não esquecemos o que tem sido o atropelo continuado e impune dos direitos dos trabalhadores da Base das Lajes.

Mas a estas considerações, das quais não deixamos de extrair consequências no plano político, sobrepõe-se, no imediato, a necessidade imperiosa de termos uma posição açoriana forte que influa favoravelmente nas negociações a decorrer. Esta é a medida da nossa responsabilidade neste assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queremos que, ao contrário do que tem sucedido nas anteriores renegociações e alterações ao Acordo, Portugal e os Açores não partam derrotados à partida para a mesa negocial.

Discordamos por isso, profundamente, das propostas do PS e do PSD, que aceitam à partida a redução do número de postos de trabalho na Base e, inclusive, preveem já as magras compensações que a Região eventualmente virá a receber em troca de um verdadeiro desastre social na ilha Terceira, com repercussões em toda a Região.

O PCP não pode aceitar que, a todas as continuadas e repetidas violações dos direitos dos trabalhadores se venha agora somar o despedimento anunciado de mais uma fatia da força de trabalho portuguesa.

Recusamos ver diminuída, mais uma vez, a única contrapartida que ainda nos resta pela utilização do nosso território. Não aceitamos novas reduções no número de trabalhadores da Base. Consideramos que essa tem de ser a base mínima para a negociação e que qualquer outra posição corresponde a uma derrota voluntária.

Não nos opomos, por isso, à proposta apresentada pelo PPM. Não questionamos a justeza das aspirações que apresenta, embora duvidemos da possibilidade de construir um consenso real e forte em torno delas. Mas não será por isso que o PCP deixará de votar favoravelmente essa proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na política, como na vida, há momentos definidores, em que a postura que assumimos nos define e marca de forma indelével. Este é um desses momentos. Saibamos todos pôr de parte a marcação do espaço ideológico e partidário, e unirmo-nos na defesa dos interesses dos trabalhadores da Base das Lajes, no interesse da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Daria a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses para apresentar a resolução do PSD sobre esta temática. Tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar de uma realidade que é essencial para os Açores nos últimos 60 anos. É, de facto, essencial para os Açores quanto é determinante em concreto para a Ilha Terceira.

A Terceira é o que é e os Açores são o que são hoje por causa da Base das Lajes.

Porém, este não é um assunto da Terceira, não é sequer um assunto apenas e só dos Açores. É um assunto com importância nacional e internacional.

Este não é um assunto localizado no espaço. Tem também e ao mesmo tempo uma dimensão, pela sua natureza, intemporal.

A nossa localização no espaço dá-nos verdadeiramente uma importância em todo o tempo.

Sempre foi assim! Desde a rota dos Descobrimentos, às rotas da exploração das riquezas dos novos mundos. A nossa localização geográfica foi sempre determinante para as rotas e as dinâmicas internacionais.

Depois dos Descobrimentos, foi tempo da riqueza de Portugal, foram os navios transatlânticos, foram os cabos submarinos, foram os submarinos alemães nas Guerras Mundiais, foram os aviões ingleses, foi a base inglesa em 1941, foi a base norte-americana em 1951, sempre foi assim!

A nossa localização geoestratégica foi sempre determinante para nos afirmarmos.

Por isso, a conclusão só pode ser esta: a nossa localização geográfica tem uma importância incontestável e é intemporal.

Aqui chegados estamos perante uma base que tem a dimensão que tem e que hoje, apesar de tudo, continua a ser um forte contributo para o equilíbrio socioeconómico das ilhas.

Em termos regionais, e pelo último estudo conhecido, representa 1% do PIB da Região, quer diretamente pelos postos de trabalho que tem, quer indiretamente pelo efeito multiplicador que tem na economia da Ilha Terceira, em termos comerciais, em termos agrícolas, aos mais variados níveis e, sobretudo, nesta dimensão que gostaria de reforçar, no próprio equilíbrio socioeconómico que distingue a Ilha Terceira de uma forma positiva.

As dinâmicas económicas e sociais que a Base criou contribuem decisivamente para este equilíbrio socioeconómico.

Por tudo isto, a conclusão também só pode ser esta: a Base das Lajes é importante para a Terceira, para os Açores, para Portugal mas também, e por tudo aquilo que disse no início, é importante para os Estados Unidos.

É certo que tem havido uma progressiva desvalorização, a vários níveis, nalguns aspetos da importância da Base, desde logo, na componente laboral.

Lembro que na década de 70 eram cerca de 3000 trabalhadores. Há poucos anos assumia-se, publicamente, que eram cerca de 850. Hoje fala-se em 750.

Tem havido uma progressiva diminuição dos postos de trabalho na Base das Lajes. São números oficiais que são incontestáveis.

O certo é que os tempos são diferentes. Há diferentes equilíbrios no mundo, há diferentes domínios no mundo.

A geopolítica a cada tempo se altera e cada vez de uma forma mais célere, no Oriente, no Médio Oriente, mas também sem podermos desvalorizar a Base há dinâmicas destes novos tempos que, elas próprias, dão uma importância acrescida à Base.

Se historicamente os Açores tiveram uma importância neste circuito e neste percurso que ia da Costa Central Africana até à América do Sul e à América do Norte, nestas dinâmicas, hoje, também muito do mundo passa por aqui, pela Costa Ocidental Africana, pelo Brasil, pela América do Sul e aqui também podemos retomar e reforçar esta importância.

Por outro lado, estamos quase na embocadura do mediterrâneo, outro foco de grandes dinâmicas geopolíticas e económicas.

Por tudo isto, a importância da Base também, nesta medida, deve ser realçada e assinalada.

Para além disso, é essencial percebermos que uma das riquezas que a própria Base e os Açores em geral tem, reside na nova e renovada importância que o mundo dá ao mar.

Nessa medida, lembro que a própria instalação militar norte-americana na Terceira tinha uma dimensão, que era *Navy*, foi desinstalada, mas essa própria dimensão marítima já foi utilizada.

É essencial que se perceba a capacidade, a potencialidade que os Açores têm a este nível das novas dinâmicas do mar, em que podemos também ser um contributo para valorizar o nosso espaço.

Por tudo isto, chegámos a um ponto que, na perspetiva do PSD, é necessário um consenso alargado. Independentemente da vontade que os outros tenham, a vontade do PSD é esta: que haja um consenso alargado de modo a que a posição dos Açores saia o mais reforçada possível.

Anuncio deste já que o PSD não vai votar contra nenhuma das propostas.

Há duas propostas que, por incluírem alguns aspetos dos quais discordamos, vamo-nos abster. Há aspetos que entendemos que não são um contributo positivo para a posição dos Açores e por isso não podemos votar favoravelmente.

No entanto, todas elas têm, por mais pequeno que seja, um contributo para aquilo que deverá ser a posição dos Açores.

É nestes tempos que é preciso que haja uma verdadeira unidade e consensualidade à volta da defesa dos Açores.

Os interesses dos Açores estão, constitucional e estatutariamente, previstos como devendo ser assegurados através da participação nas negociações.

Como disse no início, e não foi por acaso, esta não é uma questão de uma ilha, da Região, do país ou dos Estados Unidos. É uma questão que envolve todas estas dimensões.

Nesta medida, todos devem assumir a sua responsabilidade.

A Região, através do Governo Regional, na participação que deve fazer neste processo, tem seguramente um papel decisivo.

É este contributo que o PSD quer dar.

Para acautelar os interesses dos Açores o PSD anuncia, desde já, como tem feito ao longo dos anos, que deve haver uma priorização da questão laboral.

A questão laboral é, neste momento, o principal benefício que os Açores tiram da Base das Lajes, pelos postos de trabalho que estão criados e pelas dinâmicas que, como referi, têm um efeito multiplicador na própria economia da Região. Esta importância deve ser realçada e reforçada priorizando a defesa dos interesses dos trabalhadores como a principal questão que os Açores têm na sua participação neste processo negocial.

Entendemos que não é correto em termos negociais fixar um contingente, haver um contingente fixo. Achamos que este não é o melhor passo. Achamos que por aqui estamos a fragilizar a nossa posição, para além de que não é por muito querermos uma coisa que ela acontece.

Com isso revelamos algumas fragilidades. Por isso, há duas propostas que acentuando esta dimensão nos parecem que nesse aspeto não terão a nossa concordância.

Para além da questão da fixação, é preciso que se perceba o que é que está a acontecer, que se perceba quais são os resultados do efeito de tudo isso, para atenuar qualquer perda, que ela não tenha a dimensão que se possa pensar que venha a ter, para que se preserve postos de trabalho, para que aquela Base continue a ser um fator de equilíbrio socioeconómico da Terceira, para que continuem portugueses e açorianos ali a trabalhar, para que continuem a ter ali uma fonte de rendimento e para que o Serrado Grande continue para essa gente a ser o que foi durante 60 anos. Isto é, na perspetiva do PSD, um fator essencial. Para além disso, entendemos que os direitos dos trabalhadores devem ser olhados de uma forma diferente, em alguns aspetos, daquilo que têm sido ao longo dos anos.

Esta será também uma oportunidade para salvaguardar alguns destes direitos em termos de recurso à via judicial, em termos de benefícios sociais que os trabalhadores portugueses têm a outros níveis e não têm naquela base. Será também uma oportunidade para acautelar os direitos dos trabalhadores portugueses.

Concluindo, afirmo que, para além de tudo isto, entendemos que a forma de abordar este tempo deverá ser uma forma aberta ao nível da possibilidade de

existirem novas valências da Base aérea. Acho que devemos partir para esta negociação, para este processo que não está formalmente aberto, mas está em discussão, com esta abertura de espírito de perceber que sendo este um tempo diferente poderão ser diferentes as respostas que as entidades públicas envolvidas a este nível terão para dar.

Da parte do PSD há esta abertura. É preciso que se assuma uma posição clara, concreta e precisa dos Açores, sem tibiezas, sem dúvidas e sem grandes polémicas, para que aquilo que os Açores defendam a este nível seja, de facto, o que melhor defenda os interesses dos açorianos.

É este o contributo que o PSD dá.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o seu Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a devida vénia começo a minha intervenção por citar uma personalidade política, que é do capital político do CDS, o Dr. Alvarinho Pinheiro. Gostava de citar o que ele disse no dia 28 de Março de 1995.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a retirar-me o discurso!

O Orador: Não sabia!

“O Sr. Deputado Francisco Oliveira acabou há pouco a sua intervenção, referindo que era impensável a assinatura do novo Acordo da Base das Lajes sem que se acautelasse as necessárias correcções que envolvem a componente cultural.

O Sr. Dr. António Menezes, recentemente designado representante da Região na comissão nacional de negociação do Acordo da Base das Lajes, fazia há 3 dias afirmações que envolviam o seu empenhamento na negociação deste Acordo e o que ele significava à sua nomeação para o Governo da República e que era um sinal claro das intenções do Governo Regional, relativamente ao andamento daquelas negociações. Inclusivamente, defendia alguns princípios a

ter em conta quanto ao ritmo, ao conteúdo e à filosofia que presidiam a essas negociações.”

Repito: “Inclusivamente (este nosso representante) defendia alguns princípios a ter em conta quanto ao ritmo, ao conteúdo e à filosofia que presidiam a essas negociações.”

“Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu lamento dizer aqui, mas há cerca de 60 minutos o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal rubricou e portanto firmou, o acordo entre Portugal e os Estados Unidos, deixando o mesmo apenas para posteriores arranjos.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem era o Ministro?

O Orador: “Da minha parte percebo a situação embaraçosa, não sei se há máquinas fotográficas na Câmara.

Se houver algum psicólogo, algum sociólogo, tente imaginar o que vai na mente do Dr. António Menezes...!

Tente imaginar o que vai na mente da bancada do PSD e tente imaginar o que vai na mente de nós todos, incluindo o Deputado da oposição que também já referiu o assunto aqui.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E esta, hein?

O Orador: Eu penso que a história desta casa e esta intervenção do Dr. Alvarino Pinheiro...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): São imagens da realidade!

O Orador: ... mostra bem o que sucedeu no anterior processo de negociação. No anterior processo de negociação a Região foi votada a uma absoluta indiferença. Nesta casa ainda estavam a negociar os princípios da negociação que o nosso representante, o nosso Governo, iria realizar juntamente com as autoridades portuguesas, e já o acordo estava assinado.

O acordo foi assinado e nem sequer o Representante dos Açores e o Governo Regional, da altura, souberam da data da assinatura do acordo. Isto diz tudo em relação à forma como foram defendidos os interesses dos Açores no acordo de 1995. Diz tudo!

A história parlamentar nos dias seguintes é composta por votos de protesto, diversas iniciativas políticas de indignação que não vos vou maçar. Não alteraram absolutamente nada daquilo que já tinha sido negociado.

Por isso é que considero que é importante que a história não se repita, que isto não volte a suceder e que a Região tenha a capacidade de impor uma visão estratégica de não aceitarmos que a Base das Lajes sirva de moeda de troca para interesses, que não são interesses de abrangência nacional e muito menos de interesses regionais, que seja mal negociada e que a presença americana seja permitida nos Açores ao desbarato, sem as contrapartidas que a Base das Lajes, do ponto de vista estratégico, tem, porque em 1995 o que nos disseram foi: os Açores estão na União Europeia, são ricos, já não precisam.

Em relação à utilização da Base das Lajes, não! Os Estados Unidos agora, nos próximos anos... Não! Não! Acabou a guerra fria. Interesse estratégico? Não temos! Médio Oriente? Não nos vamos meter lá! Médio Oriente? Não! Nós aprendemos com a história. Saímos do Vietname há pouco tempo. Portanto, não nos vamos meter em novos conflitos no Médio Oriente.

Na Base das Lajes, neste quadro pacífico que enfrentamos, não temos qualquer tipo de projeção estratégica a fazer.

Aconteceu aqui uma desvalorização profunda da Base das Lajes e as contrapartidas, do ponto de vista financeiro, da projeção do nosso orçamento, desapareceram. Chegou a defender-se nesta casa, em 95, que passassem a ser 100 milhões de dólares por ano, porque eram 40 milhões, e desapareceram completamente.

Chegou a defender-se aqui que eram 100 milhões! Desapareceram!

Em relação aos trabalhadores da Base das Lajes, as intervenções referenciavam que perdemos nos últimos 5 anos 700 trabalhadores. Não é possível. Temos que conter esta diminuição e temos que conseguir contrapartidas do ponto de vista de acesso ao mercado norte-americano, o que também não foi conseguido.

O que foi negociado foi um acordo absolutamente ruinoso. Além da substância do próprio acordo, foi também a própria atitude, a própria forma como as coisas decorreram, em que a assinatura do tratado se faz com um completo

desconhecimento e com uma completa insignificância que foi dada aos órgãos da Autonomia financeira e isto não pode voltar a acontecer.

É por isso que considero que temos que ter uma posição negocial forte e o conjunto da parte deliberativa que aqui apresento é forte e parte de um pressuposto essencial.

Deputado José San-Bento (PS): Um pressuposto terceiro-mundista!

O Orador: É que a Base das Lajes, ao contrário do que os responsáveis políticos e militares norte americanos tentam fazer crer, não está desvalorizada. É certo que eles têm mais de 700 bases. É uma presença verdadeiramente imperial em todo o mundo, uma ocupação de todo o globo. Se repararem em todos os meridianos temos presenças, temos bases norte-americanas nos sítios estratégicos mais importantes.

Deputado José San-Bento (PS): E militar também!

O Orador: É evidente que dentro deste enorme conjunto de instalações militares algumas são prioritárias e outras não serão.

É evidente que os Estados Unidos já não têm o potencial relativo, do ponto de vista económico, para suportar uma presença militar a esta escala, mas é evidente que têm que ter prioridades e a Base das Lajes é uma das prioridades, do ponto de vista do aparelho logístico norte-americano e da projeção do ponto de vista militar. Sobre isso não tenho qualquer tipo de dúvida, mas os americanos quiseram fazer-nos crer do contrário.

Portanto, não podemos partir do pressuposto, meus senhores, como alguns partidos aqui fazem, de que agora vamos negociar o que em 95 já era péssimo.

Em 95 fomos completamente enganados e há aqui quem queira partir do pressuposto que não. Agora o essencial é o número de trabalhadores, porque não nos podemos esquecer de tudo aquilo que perdemos a partir de 95. Foi muito!

Desde 95 que perdemos 37% do contingente laboral da Base das Lajes. Se vamos negociar a partir destas bases, desses pressupostos que já não são nada,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: ... temos que voltar a colocar a negociação como ela estava em 95, porque a Base das Lajes não está desvalorizada, é importantíssima.

Os americanos querem aqui ficar, é evidente. Eu tenho dúvidas que disséssemos que não queremos assinar o acordo, porque os Estados Unidos têm dificuldade em sair de alguns sítios, como sabem.

Neste momento, acredito que teríamos enormes dificuldades em lhes dizer que não estamos interessados neste acordo, não estamos interessados em que os Estados Unidos fiquem nos Açores grátis. Não estamos interessados! É esta a questão fundamental.

Deixem-me, nesta primeira intervenção, para ficar com algum tempo para as próximas, dizer-vos o seguinte: ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, não! Diga tudo de uma vez!

O Orador: O que é fundamental é que desta vez se garanta também um mecanismo de presença, de acompanhamento das negociações, que nos evite o ultraje que foi feito a esta Assembleia Legislativa e ao Governo Regional dos Açores em 1995. Isto não pode repetir-se.

Presidente: Daria a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, Sr. Deputado Berto Messias, para apresentar o Projeto de Resolução. Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga lá uma coisinha de novo!

Deputado Berto Messias (PS): Vou esforçar-me, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu sei que se vai esforçar!

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É conhecido e reconhecido por todos a importância que tem a Base das Lajes para a Ilha Terceira, devido ao impacto socioeconómico que tem na ilha, mas esta não é de todo uma questão local circunscrita às fronteiras do Concelho da Praia da Vitória ou sequer às fronteiras da Ilha Terceira. Esta é uma questão de extrema importância a nível regional, nacional e também a nível internacional.

É importante dizer também, e parece-me que é muito evidente, que a Base das Lajes continua a ter grande importância para os Estados Unidos e nós, os

agentes do sistema político, açorianos e portugueses, não podemos ir no jogo dos norte-americanos...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... que ciclicamente fazem intervenções públicas de desvalorização de uma determinada base, no caso a Base das Lajes, para que aqui e dessa forma ganhem argumentos para que o processo negocial que pretendem seja feito pouco tempo depois.

É preciso deixar muito claro que, hoje, a Base das Lajes continua a ter um papel determinante naquela que é a perspetiva e a abordagem que os Estados Unidos têm perante o mundo, devido à sua localização e a todo o seu enquadramento, devido às zonas que circunde.

Nesta matéria parece-me absolutamente crucial que tenhamos uma grande preocupação de união, de firmeza e de convergência de interesses, na defesa da permanência norte-americana na Base das Lajes, sobretudo devido aquela que, para o Partido Socialista, é a mais importante questão, os trabalhadores da Base das Lajes e o impacto socioeconómico que aquela base tem no concelho da Praia da Vitória, na Ilha Terceira e conseqüentemente nos Açores.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É conhecido por todos a intenção da administração norte-americana, do Presidente Barack Obama, de desinvestir no orçamento da defesa e isso tem, naturalmente, impactos nas bases que tem estacionadas pelo mundo. Isso terá também, naturalmente, impactos na Ilha Terceira.

Parece-nos adequado, naquilo que nos parece ser o mais importante, os trabalhadores, a importância socioeconómica que a Base tem para a Ilha Terceira e para os Açores, tendo em conta alguns pressupostos, salvaguardando desde já, através de pronúncia conjunta deste Parlamento, alguns pressupostos que me parecem absolutamente fundamentais.

Tendo em conta o historial de amizade e de parceria entre os Estados Unidos e Portugal, especificamente sobre esta matéria;

Tendo em conta o papel dos Açores para a afirmação transatlântica de Portugal e também para a afirmação dos Estados Unidos no exterior;

Tendo em conta a mais-valia geoestratégica da presença norte-americana nas Lajes, na defesa de valores de segurança e defesa que nos parecem absolutamente cruciais e que são até os princípios orientadores e norteadores da aliança atlântica, que têm sido muito evidentes em muitos momentos conturbados da nossa história recente (a questão da intervenção no Iraque, uma série de questões que marcam a nossa história internacional recente e que a presença norte-americana, também na Base das Lajes, deu um contributo crucial para a manutenção de parâmetros e de princípios de segurança e de defesa que nos parecem fundamentais);

Tendo em conta as características únicas da Base das Lajes, do ponto de vista geoestratégico e geopolítico;

Tendo em conta (e volto a dizê-lo, porque me parece absolutamente crucial) a relevância socioeconómica na Terceira, nos Açores e também em Portugal, dos empregos diretos ali criados e de todas as mais-valias em termos de dinâmicas económicas que isso cria consequentemente na Ilha Terceira e nos Açores, entendemos trazer a este Parlamento um Projeto de Resolução que defende uma pronúncia conjunta desta casa e que, quero afirmar, desde já, alguns pressupostos que são absolutamente cruciais tendo em conta também aquilo que saiu da reunião entre o Sr. Ministro da Defesa, Aguiar Branco, e o dirigente norte-americano Leon Panetta.

Nessa perspetiva propomos, neste Projeto de Resolução, que no âmbito de qualquer negociação com os Estados Unidos da América no âmbito da relação de cooperação e defesa e da presença norte-americana na Base das Lajes, sejam desde já salvaguardados os seguintes pressupostos:

“1- Promover no processo de consultas que agora se iniciará a presença continuada do contingente militar americano na Base das Lajes e a valorização geoestratégica e funcional da Base das Lajes;

2- Procurar usos alternativos e novas valências para a Base das Lajes, seja no contexto da relação bilateral, entre os Estados Unidos e Portugal, seja ainda no

âmbito da participação em missões da NATO ou outras, que garantam o atual contingente militar e valor geoestratégico duradouro da Base das Lajes no contexto de infraestruturas militares no mundo”, e que, devo dizer, parece-me que está absolutamente salvaguardado tendo em conta não só aquela que é a opinião de muitos dirigentes norte-americanos, mas também de muitos peritos nestas matérias, quer nacionais, quer também internacionais;

“3- Acautelar a adoção de medidas que garantam o atual nível de impacto socioeconómico da presença militar na Base das Lajes, nomeadamente ao nível da geração de empregos diretos e indiretos, aquisição de bens e serviços, dinamização do mercado de arrendamento, entre outros”, que tenham efetivamente impacto direto devido à grande mais-valia socioeconómica que é a Base das Lajes para a Ilha Terceira e para os Açores;

“4- Assegurar que qualquer modificação significativa da presença norte-americana que afete o modelo de cooperação atualmente existente na Base das Lajes, deve exigir da contraparte o respeito integral pelos direitos dos trabalhadores ao serviço do destacamento militar norte-americano sediado na Base das Lajes, assim como compensações para os próprios, para os empregos indiretos gerados e em função de todos os efeitos na economia da Ilha Terceira e de possíveis impactos a médio e longo prazo na Região Autónoma dos Açores.”.

Parece-me absolutamente crucial que todos os partidos aqui representados, a própria sociedade civil terceirense e açoriana, tenham em conta estas questões, defendam e estejam concentrados numa convergência de interesses, numa união e no consenso alargado sobre esta matéria.

Todos devemos contribuir, estar preparados e à altura de um processo negocial, que se adivinha, para conseguir salvaguardar os nossos interesses e afirmar também junto do Governo da República, que será o principal interlocutor do nosso país, enquanto Governo, nesse possível processo negocial que venha a acontecer, quer no quadro de uma revisão ao acordo existente, quer também no âmbito de um processo negocial, na perspetiva das relações bilaterais de

cooperação e defesa que podem eventualmente não implicar uma revisão ao atual acordo. É preciso também deixar isto muito claro.

Em suma, garantir e defender aquele que é, aliás, o cumprimento dos preceitos constitucionais e estatutários de audição dos órgãos de governo próprio; atender e refletir as posições dos órgãos de governo próprio dos Açores nas questões que a nos dizem respeito, como é o caso, naturalmente, da Base das Lajes.

Precisamos de união, precisamos de firmeza, precisamos de estar prontos e preparados para este processo.

É importante também, porque existem questões que não ajudam nada, que todos estejamos focados, quer nos Açores, quer também na República, para que não aconteça aquilo que parece que está a acontecer, que é uma guerra entre o Ministério da Defesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, arbitrada pelo Sr. Primeiro-Ministro, a favor do Ministério da Defesa sobre esta matéria.

Não me parece que essa guerra entre ministérios, em busca do protagonismo da defesa desta questão, possa ser uma ajuda e um contributo positivo para aquilo que entendemos ser pertinente.

Quanto às propostas que estão em cima da mesa, quanto às propostas que são aqui trazidas, devo dizer que me parece absolutamente crucial que saia deste parlamento uma pronúncia forte e unânime sobre aquilo que é aqui abordado.

No entanto, não posso deixar de dizer que vamos viabilizar e aprovar a proposta que é aqui trazida pelo PSD, mas não podemos aprovar as propostas do PCP e do PPM que têm alguns pressupostos com os quais não concordamos. Julgamos que podem não enquadrar devidamente aquilo que pretendemos, a coerência e a evolução que esta matéria deve ter.

Portanto, viabilizaremos a proposta do PCP e do PPM através da nossa abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Agora sim, feitas todas as apresentações, vamos abrir o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que a *realpolitik* (a política real) é bem diferente daquilo que se está a passar hoje, ver aqui quem é que fica com a camisola amarela, entre as 4 propostas que foram apresentadas.

Não há união desta casa! Não há união dos Açores!

Essa desunião foi particularmente enfatizada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata quando vão atrás de uma proposta do Partido Comunista Português. É isso que ressalta!

Se quisessem união tinha havido, como já houve em outras situações, entendimento prévio e havia aqui uma proposta conjunta que sairia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Os culpados, os que têm culpa na consciência (começo pelo PSD em 95 e acabo no PS em 2011), quiseram a camisola amarela.

Deputado Francisco César (PS): O único que não tem culpa é o senhor!

O Orador: Mas quem nunca entendeu e nunca defendeu os interesses da Base das Lajes, os interesses dos Açores, foi o PSD e o Partido Socialista. É esta a realidade. Foram-se hipotecando para defender os interesses dos trabalhadores. Foi o que hoje foi aqui dito.

Foram vendendo os interesses dos Açores e foram cedendo, não percebendo que, no fim, ia acontecer isto. Cada vez mais os trabalhadores iam sendo prejudicados, porque os senhores, e aqueles senhores, nunca souberam defender o interesse geoestratégico da Região Autónoma dos Açores. Foi isso que aconteceu e é isso que está a acontecer.

Se na altura do PSD, até dava alguma dignidade, havia na Comissão Bilateral Permanente um membro do Governo, o que assistimos hoje em dia é que na Comissão Bilateral Permanente temos um adjunto, de um Secretário Adjunto, do Presidente do Governo.

Deputada Catarina Furtado (PS): Como?

O Orador: É isso que se passa.

Numa comissão altamente especializada, no início, tínhamos um assessor do Presidente do Governo, ainda se entendia menos, mas ainda era aceitável.

Agora, o Sr. Secretário da Presidência manda um adjunto seu para a Comissão Bilateral Permanente. Que informações tem o senhor para nos dar sobre essa matéria? Não tem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sou muito capaz!

O Orador: Não contem com o CDS para vir para aqui com paninhos quentes, porque na Comissão Bilateral Permanente hipotecaram-se os interesses dos Açores.

Não me venham com uniões, falsas uniões, como estão aqui os dois a querer propor.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não vimos para aqui discutir a capacidade de trabalho das pessoas!

O Orador: O CDS não vai nessa conversa.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não seja ciumento! Tem ao seu alcance as propostas que hoje são apresentadas!

O Orador: Os americanos dizem coisas muito engraçadas, a seu respeito, no *Wikileaks*. O senhor propõe soluções para tirar direitos aos trabalhadores. Está aqui escrito, não foi eu que escrevi. Por acaso é informação norte-americana.

Deputado Francisco César (*PS*): Pena que o senhor não leia as outras partes!

O Orador: Vem o Sr. Deputado Berto Messias atirar ao Governo da República, coisa que nunca fez nestes anos que antecederam.

Deputado Francisco César (*PS*): Isso não lhe interessa nada!

O Orador: Hoje vem exigir ao Governo da República.

O que Lisboa sempre defendeu – e isto é de 2006 – e o PSD volta a cair na armadilha, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não se preocupe que o seu ministro não tem nada a ver com isso!

O Orador: ... e continua a achar, é que os Açores se devem contentar, porque a Região Autónoma dos Açores já beneficia substancialmente dos postos de trabalho, portanto, não precisa de mais nada.

Deputado Francisco César (*PS*): Leia as outras coisas!

O Orador: O PSD hipotecou-se! O PS hipoteca-se!

Deputado Francisco César (PS): Essa parte não lhe interessa!

O Orador: Não é isso que é o ativo.

Vem o Sr. Deputado Berto Messias falar no mercado de arrendamento.

Quem acabou com o mercado de arrendamento na Terceira, Sr. Deputado Berto Messias?

Tenha a coragem de o dizer aqui!

Quem autorizou a construção de mais de 150 fogos para os norte-americanos, dentro da Base?

Diga aqui quem é que deu cabo do mercado de arrendamento na Terceira.

O Partido Socialista não tem moral para vir aqui hoje clamar pelo mercado de arrendamento, quando foi o Partido Socialista que o destruiu em 2001.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Quem era Governo na Região?

Deputado Berto Messias (PS): Comissão Bilateral, Sr. Deputado!

O Orador: Era o Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, não venham com hipocrisias, não venham com falsidades...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... não venham com falsos consensos, porque isso não é defender a Base das Lajes, Sras. e Srs. Deputados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi o governo que autorizou!

O Orador: Os Estados Unidos valorizam a Base das Lajes e a sua posição geoestratégica.

Quem não valoriza somos nós! Nós é que não soubemos!

O exemplo já dei: não defendemos os nossos interesses na Comissão Bilateral Permanente.

Nunca fomos informados do que lá se passava e até, hoje, nunca soubemos das reuniões.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: O Sr. Secretário, em desespero de causa, e já no fim do seu mandato, é que veio pedir uma reunião de consenso para ouvir todos os parceiros. Era o que devia ter feito no início.

Deputado Francisco César (PS): Olhe o dedo, Sr. Deputado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso o senhor não fez!

O Orador: Nunca o fez! Andou a hipotecar os interesses das Lajes, dos Açores e dos trabalhadores, Sr. Secretário Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É isso que os senhores precisam ouvir.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor também vai ouvir algumas coisas!

O Orador: A Base das Lajes tem que ser defendida noutra perspetiva, como um ativo geoestratégico e geopolítico (os senhores nunca souberam defender, por causa da defesa desse ativo, da sua posição geoestratégica e geopolítica), tal qual o turismo, tal qual a agricultura, tal qual as pescas. Esse é um ativo importantíssimo para os Açores que nunca soubemos tirar partido.

Os senhores hipotecaram e sabem bem porquê, por um rendimento mínimo que obtiveram de Lisboa. É essa a realidade. Os senhores hipotecaram os interesses dos Açores devido ao rendimento mínimo que conseguiram de Lisboa, do Eng^o José Sócrates.

É preciso lembrar que se alguma vez – e volto, agradecendo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão a referência ao Deputado Alvarino Pinheiro – houve uma proposta, pela primeira vez, para a defesa dos trabalhadores e para os interesses das contrapartidas irem para a Ilha Terceira e para Base das Lajes, foi feito nesta casa, enquanto esteve em vigor, pelo Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Berto Messias (PS): Ainda bem, foi em boa altura!

O Orador: Nessa matéria, nem do PSD, nem do PS, o CDS recebe nenhuma lição.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não estamos aqui para isso!

O Orador: Srs. Deputados, a Base das Lajes foi fundamental para a afirmação de Portugal no mundo, no Séc. XX.

A Base das Lajes foi imprescindível para a afirmação da Autonomia nos Açores. Sem a Base das Lajes não haveria Autonomia nos Açores. É isso que os senhores esquecem.

Deputado Francisco César (PS): Que confusão!

O Orador: É isso que é preciso lembrar: a Autonomia e a sua afirmação financeira.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A autonomia financeira deve-se à Base das Lajes.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os partidos que me antecederam disseram isso!

O Orador: São essas questões que temos que enfatizar.

Tenho pena que não se tenha aqui chegado a um consenso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Até agora houve consenso!

O Orador: Não há consenso, Sr. Secretário. Não há consenso quando o PSD e o PS, sobretudo esses dois que responsabilizo, não se entenderam, não procuraram um consenso. É falso o que o senhor está a dizer e eu tenho ainda mais para lhe dizer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu também tenho!

O Orador: Estou à sua espera.

Há outra coisa que é preciso deixar aqui claramente dito, que nem os Açores, nem o senhor, na Comissão Bilateral Permanente, conseguiram resolver, e que trazia receitas financeiras para a Terceira e para as Lajes. Sabe o que é? As escalas técnicas que a Força Aérea indecorosamente impede.

A Força Aérea Portuguesa, vergonhosamente, põe restrições. Sobre isso o senhor não fala. São restrições que opõem o Ministério da Defesa e a Força Aérea.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem é que tutela a Força Aérea Portuguesa?

Deputados Luís Silveira (CDS/PP): Mas quem é que tutelava?

O Orador: Restrições que se agudizaram ultimamente, Sr. Secretário.

Era uma grande fonte de receita que podia existir, mas as companhias evitam escalar tecnicamente as Lajes, porque lhes são impostas restrições inaceitáveis.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso ao Ministro da Defesa!

O Orador: Não me interessa o Governo da República. Interessa-me o Governo dos Açores e a Região Autónoma dos Açores.

Somos nós que temos que defender a nossa Autonomia, os nossos ativos. Devemos ser os primeiros e não capitular como algumas vezes temos feito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós é que vamos mandar na Força Aérea!

O Orador: Se querem consensos retirem os Projetos de Resolução e vamos nesta casa fazer um único Projeto de Resolução. Isso é que é consenso, isso é que é afirmar a voz desta casa, o primeiro órgão da Autonomia. Não é andar a brincar aos Projetos de Resolução.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Isso não é aceitável por parte dos partidos, sobretudo do PSD e do PS.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tenho uma intervenção que posso lê-la, não tenho é tempo!

Deputado Berto Messias (PS): Se estiver adequada aos nossos tempos, cá estamos!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está!

Presidente: Vamos continuar o debate. Tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Acordo de Cooperação e Defesa, entre Portugal e os Estados Unidos, em vigor, e muito particularmente, por essa via, a presença militar americana na Base das Lajes, na Ilha Terceira, tem sido, do nosso ponto de vista (isto é algo que é público) ao longo dos anos, matéria de intenso debate político, normalmente associado a ciclos de intensa cobertura mediática dessa mesma realidade que, por vezes, tornam difícil o diálogo interpartidário e entre instituições sobre esta matéria, criando um clima de alguma instabilidade cíclica sobre as questões ligadas à Base das Lajes.

Atrever-me-ia a dizer que isso acontece, ou tem acontecido ao longo dos tempos, demasiadas vezes. Demasiadas vezes tem sido a Base das Lajes, o acordo e as relações de cooperação entre Portugal e os Estados Unidos, motivo de querelas político-partidárias, muitas vezes com base em rumores, em informações mal fundamentadas e algumas das vezes até procurando aproveitar algum desconhecimento existente sobre os dados reais desta questão.

Contudo, e na verdade, o mais saliente, aquilo que se torna mais evidente na vigência deste acordo, desde 95 aos nossos dias – com os defeitos todos que ele tem e conhecemo-los, alguns são perfeitamente visíveis e admitimo-lo, nomeadamente do ponto de vista do acordo laboral, da componente laboral do acordo –, tem sido o de promover alguma estabilidade. Estabilidade no relacionamento, estabilidade nos benefícios decorrentes.

Não são aqueles que decorriam na vigência do anterior acordo, da existência de uma renda fácil e imensurável, paga todos os anos, com implicações e impactos muito salientes no orçamento regional. É verdade! Não é esse o sistema!

Mas de qualquer maneira os benefícios, quer em número de trabalhadores ... E aqui, Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa, mas vou ter que o corrigir, porque de 95 para aqui não houve uma redução de 37% do efetivo laboral.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Houve, houve. Tenho aqui os dados!

O Orador: O último dado concreto, oficial, do Ministério da Defesa, sobre o número de trabalhadores da Base das Lajes, a 19 de Março deste ano, aponta para 833 trabalhadores.

Portanto, se há facto que é relevante na vigência deste acordo é a estabilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu tenho os números!

O Orador: Em 95, tínhamos 888 trabalhadores. Atualmente temos 833, com oscilações, é verdade. Já foram mais de 900, já foram pouco menos de 800, mas tem sido mais ou menos à volta dos 800.

Por outro lado também, os dados conhecidos apontam para uma certa estabilidade do investimento americano, quer direto, quer indireto, por via da sua presença militar, nas Lajes, na economia da Ilha Terceira.

Esses dois fatores são fundamentais. São aquilo que de mais claro e concreto existe na vigência deste acordo.

Aquilo que mais beneficia diretamente a Região e aquilo que temos ao longo dos tempos procurado proteger, fugindo da espuma do imediatismo e da trica político-partidária, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores venderam-se!

O Orador: ... procurando assegurar, ao longo dos anos, com a representatividade que o Governo Regional entende dar, na escolha de um membro que representa a Região na Comissão Bilateral Permanente (atualmente é uma pessoa de grande competência e tem permitido fazer um trabalho de grande qualidade, independentemente do cargo que possa ocupar ou não), é garantir a estabilidade do relacionamento.

Isso tem sido, umas vezes de uma forma mais fácil, outras vezes com alguns percalços, conseguido de um modo genérico.

É óbvio que isso não significa que o modelo de cooperação de 95 seja o ideal.

É óbvio que o processo negocial de 95 não foi o processo que devia ter sido, nomeadamente no que diz respeito à consideração da opinião e dos interesses da Região.

Tudo isso é aceitável, mas nesta fase o que sempre importou defender até agora foi a questão da estabilidade do investimento, do número de postos de trabalho e do impacto na economia da Ilha Terceira e da Região, por essa via.

Agora estamos numa fase diferente. Agora, sim, há um problema grave.

Agora é que há um problema realmente grave.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Já houve! Em 95, em 2008!

O Orador: Agora o quadro é diferente.

Ao contrário de todos aqueles episódios cíclicos, de 6 em 6 meses, em que há uma manchete num jornal e depois os senhores vêm para aqui cheios de preocupação com o número de trabalhadores e com o que pode acontecer (e isso aconteceu ao longo dos últimos 15 anos vários vezes), é mais política partidária do que outra coisa, agora é que o quadro é mesmo grave....

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então o que é que se passa?

O Orador: ... e o assunto preocupante, porque, por vontade unilateral da Administração Americana, foi transmitido ao Governo Português a intensão de reduzir a presença militar e de alterar a utilização que se fazia, e os norte-americanos fazem, da Base das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga lá o que é!

O Orador: Essa manifestação de vontade, que nesta fase do processo não passa disso (estamos em conversações, não estamos em negociações, é bom que isto também fique claro), pode desenrolar um processo negocial, complexo, difícil, em que, do ponto de vista do Governo, é fundamental que se promova na Região o consenso, que se valorize aquilo que nos une, em vez de cairmos na tentação fácil de mais uma vez irmos cada um para a nossa bancada fazer arremesso de matérias menores, de importância menor, de ordem partidária.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o que está a acontecer!

O Orador: Não está a acontecer, porque cada um tem direito a manifestar a especificidade da sua posição e cumpre àqueles que querem responsabilmente encontrar consensos valorizar aquilo que é passível de ser partilhado por todas as forças partidárias.

Foi por causa disso que o Governo Regional mal foi informado, oficialmente, da existência dessa vontade por parte da administração americana, decidiu fazer uma ronda de auscultação e de reuniões com todas as forças políticas representadas neste Parlamento.

Percebi hoje, claramente pela primeira vez, por que é que a única força política que não foi a essas reuniões foi o PP, porque queria vir aqui dizer que não havia consenso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um protesto, Sr. Presidente!

O Orador: Percebeu-se perfeitamente agora que era para poder chegar aqui e dizer que não há consenso.

Se tivesse ido à reunião, a sua posição, a posição do PP, tinha sido de alguma forma expressa naquilo que resultou da auscultação dos outros partidos e que, embora cada um tenha posições diferentes, foi possível salientar aquilo que é comum.

O que é comum é muito fácil. São os princípios base que devem presidir à posição que a Região deve defender, do nosso ponto de vista, daqui para a frente.

Esses princípios são:

Se é verdade que os norte-americanos clamam publicamente pelo facto de estrategicamente a Base ser neste momento menos importante, também é verdade que a primeira coisa que disseram foi que não queriam sair dos Açores.

Se não querem sair dos Açores, é porque alguma importância estratégica reconhecem ao facto de estarem presentes.

Em segundo lugar, resultou também claro da nossa ronda de conversações, que a prioridade atribuída pelas várias forças partidárias àquilo que é mais palpável e que resulta mais eficaz para a região da presença americana, que são os postos de trabalho, diretos e indiretos, é o impacto do investimento na aquisição de bens e serviços junto da economia da Ilha Terceira.

Portanto, esses princípios são passíveis de ser consensualizados.

A maneira como se chega lá, mais contingente mínimo, menos contingente mínimo, mais reivindicação laboral, menos reivindicação laboral, mais

justificação histórica, menos justificação histórica, neste momento, para o Governo Regional, esse aspeto não é relevante, esses aspetos não são relevantes.

O que é relevante é encontrarmos uma base comum de posicionamento que nos permita falar a uma só voz naquilo que é essencial, independentemente de todos podermos ter opiniões diversas sobre aquilo que é acessório.

É isso que temos procurado fazer, desde o início deste processo, é isso que vamos continuar tentar fazer no andamento do processo que é comum.

Volto a dizê-lo nesta fase: um processo de conversações não é um processo negocial, formalmente aberto e institucionalmente participado.

O que houve foi, num primeiro momento, uma decisão, um estudo das Forças Armadas Americanas, da Força Aérea em concreto, transmitido à administração americana; a ponderação desse estudo pela administração americana e a correspondente transmissão de opinião à defesa portuguesa, e, uma primeira preparação de uma posição comum nacional ao nível da defesa e com a participação da Região Autónoma dos Açores sobre essa mesma matéria.

É este o ponto atual da situação. É este o espírito que o Governo Regional julga que deve ser favorecido nesta fase, em detrimento daquilo que nos possa separar e que sabemos, ao longo dos anos nesta casa, que é bastante, sobre esta matéria, mas não é essencial. Nesta fase, não é essencial.

Nesta fase o essencial é sermos capazes de garantir a defesa incessante daquilo que consideramos ser os principais benefícios e interesses da Região, em particular dos trabalhadores da Base e da economia da Terceira neste processo.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um protesto.

Presidente: É capaz de fundamentar, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Protesto, devido a uma acusação que o Sr. Secretário me fez de não ter ido à audiência para vir fazer o que aqui fiz hoje.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Não vou ao extremo, como foram os sindicatos, de chamá-lo de traidor, mas vou à realidade dos factos e chamo-lhe desonesto. Infelizmente! Mal-educado e desonesto! Foi isso que o senhor acabou de demonstrar aqui hoje e vou fundamentar.

O seu chefe de gabinete telefonou-me, pessoalmente, para falar comigo. Eu expliquei ao seu chefe de gabinete que já tinha compromissos assumidos em Lisboa. No entanto, disse ao seu chefe de gabinete que iria tentar alterar o meu compromisso para estar nessa reunião.

Expliquei ao seu chefe de gabinete por que é que não podia estar nessa reunião, Sr. Secretário e o senhor sabia por que é que eu não estava, porque eu estava em Lisboa.

Digo-lhe mais, Sr. Secretário:

Eu não lhe admito que tenha dito que não fui a essa reunião para vir para aqui fazer o que fiz hoje, porque eu não trouxe este assunto aqui, não trouxe nenhum projeto de resolução e não tinha nenhuma intenção de trazer este assunto a esta casa.

O senhor foi profundamente infeliz na sua afirmação. Eu não lhe admito e repudio essa sua tentativa deselegante e desonesta de fazer o que fez.

Não são só os senhores que têm agenda, nós também temos!

O seu chefe de gabinete telefonou-me numa quarta-feira à tarde, para eu estar na quinta-feira à tarde em Ponta Delgada. Não fui, porque não pude, porque senão tinha ido.

O que eu tinha feito no dia antes foi anunciar que ia pedir uma audiência ao Sr. Presidente do Governo para tratarmos destas coisas institucionalmente e arquitetarmos uma estratégia de defesa dos Açores.

Foi isso que o senhor não quis fazer e no dia a seguir veio fazer este número mediático. Quem o fez foi o senhor para, aproveitando a Base das Lajes, disfarçar as suas incompetências em todo este processo, ao longo destes anos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Não é necessário!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem 3 minutos para um contraprotesto, querendo.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha má educação não vai permitir que eu responda a todas as acusações do Sr. Deputado Artur Lima.

A única matéria que me parece ser de esclarecer neste diferente entendimento entre nós, é:

A forma como o PP foi contactado, foi exatamente a mesma forma que foi utilizada para os restantes partidos. Não foi prejudicado pelo facto de ter falado com o meu chefe de gabinete.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas justificou porque é que não ia!

O Orador: Foi a pessoa que fez os contactos, na maioria dos casos, julgo até que em todos os casos.

Em segundo lugar, os contactos foram feitos dessa forma porque eu estava, nessa altura, na reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, em que nos foi transmitida a informação inicial sobre este processo. Portanto, não podia ser eu a fazer os contactos.

Gostava de dizer que o contacto foi para que o PP fosse a uma audiência, fosse a um encontro, a uma reunião. Não era para que o Sr. Deputado Artur Lima fosse à audiência.

Houve partidos que não se fizeram representar pelo seu líder. Partidos, que até estavam em Jornadas Parlamentares, fizeram deslocar deputados de uma e outra ilha para estarem presentes nesse encontro, sem que fosse a líder do partido, a pessoa que chefiava a delegação. Fizeram esse esforço particular, porque entenderam que era importante estar lá.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está fraco!

O Orador: Se outros partidos fizeram esse esforço, se o convite não era dirigido pessoalmente ao líder do partido, o PP poderia ter feito a mesma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A mim foi feito pessoalmente!

O Orador: O que eu disse e volto a dizer foi que o PP foi o único partido que não foi a essas reuniões e foi o único partido que se levantou nesta Assembleia, neste debate, para dizer que não havia consenso, quando todos os outros tinham dito que iam fazer um esforço para consensualizar aquilo que era de consensualizar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: O senhor foi o único que se levantou para dizer “não há consenso”. Curiosamente deixou de haver consenso a partir do momento que o senhor falou, porque até lá havia consenso.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A emenda foi pior do que o soneto!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não tem confiança no Deputado do PP de São Miguel?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu fui convidado pessoalmente, percebe?

Presidente: Vamos prosseguir, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra para intervir no debate a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os trabalhadores da Base das Lajes estão, hoje, confrontados com o desemprego.

Em cada casa mora, certamente, a amargura, a incerteza e a perspetiva de um futuro negro, sentimentos adensados pelo cenário atual do País e da Região, onde o desemprego é uma chaga que todos os dias alastra.

As ondas de choque deste despedimento massivo – fala-se em 400 trabalhadores mas podem ser muitos mais – terão consequências depressivas (ainda hoje não mensuráveis), na economia dos Açores e, em particular, na ilha Terceira.

Independentemente do *modus operandi* deste processo – que continua no segredo do Governo da República, do Governo Regional e, conseqüentemente,

do PSD e do CDS, como partidos suporte do Governo da República –, uma coisa temos certa: a administração Norte-Americana já decidiu e comunicou.

Comunicou, em primeira mão, a um Ministro da Defesa do Governo da República, o qual, numa atitude subserviente, a comunicou, por sua vez, ao País, através da televisão, mas que não foi capaz de ter uma palavra, sequer, sobre as pessoas que sofreriam as consequências desta decisão.

Esta atitude lamentável do ministro Aguiar Branco só tem paralelo na atitude infame da administração Norte-Americana, que trata trabalhadores que, afincadamente, deram o seu melhor, como matéria descartável.

Por tudo isto, exigimos da administração Norte-Americana indemnizações excepcionais, tanto para os trabalhadores visados, quanto para a economia da Ilha. Exigimos também a declaração da ilha Terceira, por parte do Governo da República, como zona de emergência social, à semelhança do que já foi assumido no passado, para a península de Setúbal ou o Vale do Ave.

Deputado Berto Messias (PS): São muitas vozes!

A Oradora: É o mínimo a que estes trabalhadores e a ilha Terceira têm direito. Mas não chega. A mais do que visível pegada ecológica provocada, ao longo dos anos, pelo funcionamento da Base, tem que ser apagada e os seus custos assumidos pela administração Norte-Americana.

A situação não se compadece com meros apelos ao bom senso do governo Norte-Americano, sobretudo, quando as decisões estão já tomadas.

Mas os sinais de prepotência não ficam por aqui: a administração Norte-Americana impõe que a Base fique adormecida para, quando lhes interessar, a voltarem a reativar para uma qualquer guerra.

Basta.

É hora de dizer ‘basta’ e cabe-nos a nós, Açorianos/as, defender o que é nosso.

O cenário que temos pela frente exige que coloquemos os Açores à frente de casulos ideológicos que impedem o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o primeiro tabu a cair para deixar fluir o pensamento é o de que a posição geoestratégica dos Açores só poderá ter, como única finalidade, o uso militar.

Nada mais falso, Sras. e Srs. Deputados. Este tipo de conceção levou-nos, aliás, a este desastre eminente e, insistir nele, pode potenciar desastres ainda maiores. Bastarão 30 segundos de vídeo, na internet, associando os Açores a uma qualquer “guernica”, numa qualquer aldeia do Médio Oriente, para arrasar anos de trabalho e milhões de euros investidos, na venda internacional destas 9 ilhas, como ‘paraísos da natureza’.

A privilegiada posição geográfica dos Açores pode ter valências, economicamente, tão interessantes como: as ciências do mar, as comunicações, os transportes marítimos e/ou aéreos de mercadorias e pessoas, entre outras.

Defender os Açores e preparar o futuro obriga, no imediato, a iniciar os estudos que lancem as bases de futuras utilizações civis das infraestruturas existentes na ilha Terceira, por forma a lançar uma poderosa âncora do desenvolvimento económico desta Região, captando trabalho jovem e qualificado e valorizando a capacidade de trabalho já existente na ilha.

Como é óbvio, este caminho não é compatível com uma base de guerra adormecida, cujo dono poderá ordenar, em qualquer altura: ‘Agora, pára tudo, porque a guerra contínua dentro de momentos’.

Por isso, enquanto exigimos este caminho ao Governo da República, exigimos, paralelamente, uma moratória para a total desativação militar desta infraestrutura.

O progresso dos Açores não se compadece com os novos ‘Velhos do Restelo’ que, todos os dias, proclamam que o mundo mudou mas que, para as reais mudanças do mundo, só têm as receitas dos primórdios do Séc. XX. E se o mundo mudou, Sras. e Srs. Deputados, os Açores também mudaram com ele.

Hoje, o centro de gravidade económico e político do mundo deslocou-se para o Oceano Pacífico e não é mais o Atlântico. Esta é uma verdade insofismável mas, para os tais ‘Velhos do Restelo’, os casulos ideológicos impedem-nos de ver a realidade das mudanças.

Deputado Berto Messias (PS): O Bloco a falar de casulos ideológicos!

A Oradora: Estas preocupações e a previsibilidade de um desastre – hoje, eminente – tem o Bloco de Esquerda/Açores trazido à discussão, nesta Região,

tanto nesta Câmara, como mesmo antes de ter representação parlamentar. Os avisos que, constantemente, lançámos sobre a problemática da Base das Lajes, pretendiam impedir este desfecho.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Olhe que não!

A Oradora: Infelizmente, PS, PSD e CDS não nos ouviram, preferindo a chacota sobranceira e virando as costas a uma discussão séria sobre este assunto.

Mas, hoje, é preciso coragem para abrir novos caminhos para o desenvolvimento e progresso dos Açores.

Por todas estas razões, não podemos acompanhar a chuva de projetos de resolução presentes para votação. Acompanhamos a solidariedade que todos prestam aos trabalhadores da Base, mas não podemos acompanhar as saídas votadas ao fracasso.

A defesa dos interesses dos/as Açorianos/as cabe a cada um/a de nós. É hora de agir, de olhar o futuro e não de chorar sobre águas passadas.

Deputado Mário Moniz (*BE*): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Pedia um esforço de pontualidade para tentarmos agilizar os nossos trabalhos de hoje, que ainda são longos.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 50 minutos.

Até já.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que a História é muito importante, porque podemos encontrar algumas lições importantes e uma memória histórica em relação ao trabalho que foi desenvolvido por esta Assembleia e por tantos deputados ilustres, antes de nós, que aqui tentaram defender os interesses da região e do país. Quando defendemos os interesses da região, também estamos a defender os interesses do nosso país.

Gostava de relembrar o que, por exemplo, defendeu na altura o Deputado Carlos César, no âmbito daquela discussão. Diz o seguinte:

“Contra as disposições legais, contra os antecedentes históricos atrás referidos, ontem, 28 de Março de 1995, abruptamente, o Governo Regional tomou conhecimento, pela comunicação social, do encerramento das negociações relativas àquele acordo, tendo o mesmo sido já rubricado pelos negociadores de ambas as partes, e assinada a Acta Final das Negociações.

De tudo isto [e a terminologia não é agradável] teve conhecimento o Governo Regional, da forma mais humilhante e vexatória. Com o Presidente do Governo a milhares de quilómetros do acontecimento, e com o recém-designado representante da Região, sentado na bancada do Governo na Assembleia Regional...”

É por recordar o que aqui aconteceu em 95, que considero que é importante que estes erros não se voltem a repetir e que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e o Governo Regional estejam preparados para que a história não se repita, neste particular.

Por isso eu considero que é fundamental aqui referenciar três coisas.

Em primeiro lugar, considero que esta Assembleia deve reforçar os seus mecanismos de acompanhamento desta questão (parece-me evidente tendo em conta o precedente histórico) deve assinalar, do ponto de vista institucional, que lhe damos a maior prioridade.

Por isso proponho que venha a ser constituída uma comissão permanente de assuntos externos e das comunidades, ...

Deputado José San-Bento (PS): Gostam muito de comissões!

O Orador: ... onde possam encaixar estas competências e para que a Assembleia Legislativa assinale a importância desta questão.

Que sejam criados os mecanismos, do ponto de vista regimental, para acompanhar muito de perto esta questão e as negociações que vão ser efetuadas, para que não se esteja a discutir aqui a Base das Lajes e se venha a saber, através dos jornais, que o acordo já está assinado. É tão simples como isto, evitar novamente que nos suceda essa questão.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado é um génio!

O Orador: A segunda grande questão:

Eu considero que não se defende o interesse regional tentando realizar convergências que não correspondam aquela que é a melhor defesa daqueles que são os interesses da comunidade açoriana.

Naquilo que discordamos devemos dizê-lo aqui. Não devemos ter aqui um consenso artificial. Se discordamos devemos dizê-lo, devemos discuti-lo e é da dinâmica da discussão que se pode chegar a uma síntese de questões.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É muito peculiar!

O Orador. O que vos quero referenciar aqui é o seguinte:

Considero que o Partido Social Democrata, o Partido Socialista e o PCP estão errados nesta questão.

Deputado José San-Bento (PS): Então são todos!

O Orador: A latitude de negociação que estão a colocar no âmbito dos vossos projetos de resolução é a seguinte: queremos perder pouco em relação ao acordo de 95.

O que é que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata diziam na altura?

Que o acordo de 95 era humilhante e vexatório para a Região.

Portanto, não podemos partir do pressuposto que agora o que vamos negociar são os mínimos (abaixo do mínimo, neste caso!), de 95.

Colocar como fasquia negocial aquilo que o péssimo acordo de 95 já contempla, penso que é uma base negocial muito fraca, porque evidentemente os americanos vão tentar baixar ainda mais estas contrapartidas.

Portanto, uma vez que o PCP, o Partido Social e o Partido Social Democrata, nos seus projetos de resolução, partem do princípio de defender este pequeno adquirido, partem de uma base negocial baixa, eu não posso, em consciência, votar nem a favor, nem me vou abster. Vou votar contra as vossas propostas.

Considero que não defendem o interesse regional, nem defendem o interesse nacional. É tão simples como isto.

Eu não posso “lavar as mãos como Pilatos” e dizer “era bom que saíssem daqui todas as vossas propostas”.

Acho que as vossas propostas prejudicam o interesse regional, porque não defendem convictamente as contrapartidas que a Base das Lajes, do ponto de vista geopolítico, permitirá ao país e à região obter.

Nesse sentido, considero que os senhores prestam um mau serviço, são péssimos negociadores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ainda não houve negociação e o senhor já diz uma coisa dessas!

O Orador: Uma coisa que não vos quero imputar é que o façam de má-fé.

Obviamente que o Governo Regional e todos os Srs. Deputados aqui querem defender os interesses do seu país e da sua região. Não é de falta de patriotismo que vos acuso, evidentemente. O que vos acuso é de ter uma posição negocial demasiado frágil, uma posição negocial que já parte de um pressuposto, de uma latitude que é a latitude de 95, que é péssima para a Região.

Todos os partidos que aqui estão representados disseram isso naquele período.

Por isso é que incluimos no nosso projeto de resolução uma outra cláusula para evitar as eventualidades com que fomos confrontados em 95. É o ponto nº 5, que diz o seguinte:

“Na eventualidade do Governo português negociar e assinar um Acordo ou Tratado que não corresponda ao real valor geopolítico da Base das Lajes e que não acautele os interesses específicos dos Açores (como sucedeu em 1995), deve o Estado português responsabilizar-se por acautelar as contrapartidas mínimas referenciadas neste mesmo Projeto de Resolução.”

Eu considero que é uma cláusula básica, uma cláusula importantíssima, porque nada nos diz, nada nos assegura, tendo em conta os precedentes, que a negociação do Estado Português irá contemplar na defesa dos interesses dos Açores.

Não o fez no passado, não podemos acreditar que o irá realizar no futuro, por isso esta cláusula de lhe imputar esta responsabilidade, de realizar as compensações necessárias se fizer um mau acordo.

Há muitos ministros neste país que o que pretendem, em relação aos Estados Unidos, é ter uma bonita fotografia em Washington, juntos dos poderosos, do Secretário do Estado, do Presidente Obama.

Isto era já uma grande realização para muita gente.

Temos que ter a absoluta certeza que o Governo da República será devidamente responsabilizado e terá que assumir as suas responsabilidades, em relação à Região Autónoma dos Açores, se não defender os nossos interesses, se não defender os interesses da Região Autónoma dos Açores, que são também, torno a repetir, os interesses do país.

Por isso é que considero que esta cláusula é fundamental para que o Governo da República já tenha esta limitação, já tenha a absoluta consciência de que lhe vamos imputar responsabilidades políticas, e institucionais, se não defenderem os interesses dos Açores.

Não podemos impedir o Estado Português de assinar o tratado ou o acordo. Não podemos! Não temos essa competência do ponto de vista constitucional, mas podemos imputar-lhe responsabilidades políticas e institucionais.

Termino, Sr. Presidente, esta penúltima intervenção, referenciando que considero que são fundamentais todos os pontos que proponho que o Estado Português e a Região Autónoma dos Açores devem defender.

“1- Qualquer novo Acordo ou Tratado terá de contemplar a impossibilidade de reduzir a dimensão do atual contingente laboral português e prever, nesse âmbito, a aplicação da legislação laboral portuguesa, assim como consagrar a aceitação inequívoca, por parte das autoridades norte-americanas, das decisões dos tribunais portugueses nas questões de contencioso ou conflito laboral;

2 – Qualquer novo Acordo ou Tratado deverá prever a existência de contrapartidas financeiras diretas, nunca inferiores às existentes até 1992, para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores;

3 – Qualquer novo Acordo ou Tratado deverá contemplar a criação de mecanismos que promovam e favoreçam a exportação de produtos açorianos para os Estados Unidos;

4 – Qualquer novo Acordo ou Tratado terá de incluir cláusulas que salvaguadem, de forma explícita e devidamente calendarizada, a reparação, por parte dos Estados Unidos, dos danos ambientais causados, ao longo dos últimos 68 anos de utilização da Base, em toda a zona envolvente à Base das Lajes.”

São estes os pontos referenciados, para além do ponto que vos li há pouco da responsabilização por parte do Estado Português na eventualidade de vir a ser negociado/assinado um acordo ou um tratado que não defenda os interesses da Região Autónoma dos Açores, que não defenda os interesses do país, porque os Açores, ao contrário do que a diplomacia Norte-Americana quer fazer crer, ainda estão mais valorizados, porque neste momento temos uma vertente oceânica e uma posição geopolítica muito mais valorizadas.

Portanto, não temos que partir de uma base negocial baixa como os senhores estão aqui a propor, com certeza com a melhor da boa-fé, mas prestando um mau serviço à negociação, porque partem de uma negociação muito, muito baixa, impedindo contrapartidas muito baixas, praticamente partindo e aceitando aquilo que não se aceitou em 95.

Os vossos partidos foram os primeiros a dizer isto aqui em 1995, inclusivamente o Sr. Presidente do Governo Regional, que na altura era deputado nesta Assembleia Legislativa.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da primeira intervenção do Grupo Parlamentar do PSD tentámos contextualizar a questão da Base das Lajes em termos históricos, políticos,

sociais e económicos. Também apontámos para aquilo que nos parece ser a solução adequada para este tempo.

Na sequência de algumas intervenções que foram feitas aqui, deixo algumas notas que nos parecem ser importantes:

O PSD, obviamente (penso que ficou claro), não reduziu a questão laboral a questão da Base das Lajes. Fez uma avaliação, uma contextualização aos mais variados níveis, abrindo expressamente a possibilidade de outras valências, fundamentalmente numa perspetiva de valorização da nossa posição geoestratégica, conforme historicamente demonstrei.

Não nos parece que a solução para isto se faça com qualquer jogozinho de intriga, de que o ministro tal não gosta do ministro tal, e o Primeiro-Ministro... Acho que não é por aí! Isto é acessório, é uma forma desadequada de abordar esta questão.

Também não nos parece que isto deve ser abordado como uma perspetiva da corrida, quem é que chegou primeiro, quem é que fez primeiro.

Eu mantive, só por uma questão: não na defesa do PSD, não na defesa pessoal, mas na defesa da verdade.

Gostaria de deixar aqui algumas notas.

O PSD, em 2004, apresentou um projeto de resolução para que, pela primeira vez, houvesse um estudo de avaliação do real impacto do acordo nos Açores. Foi aprovado e muito bem.

Lamentavelmente, ao longo de todo este tempo, o PSD teve várias iniciativas, todas elas limpas de qualquer preconceito ou polémica partidária. Infelizmente, a maioria delas não foi aprovada.

Lembro, por exemplo, que em 14 de Junho de 2007, o PSD apresentou uma proposta que dizia apenas isto:

“Importância da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes e da preservação dos postos de trabalho pelos cidadãos nacionais”.

Esta proposta foi chumbada pela maioria do PS.

Em 2008, o PSD apresentou uma proposta que dizia apenas isto:

“Preservação dos postos de trabalho de cidadãos portugueses na Base das Lajes”.

Esta proposta foi chumbada, apenas com os votos da maioria do PS.

O PSD, em 2010, apresentou uma proposta relativamente à questão do inquérito salarial, que também foi rejeitada pelo PS.

Ao longo do tempo tem havido um conjunto de iniciativas, de vários partidos, mas o PSD tem tido essa preocupação de ser coerente nesta matéria.

Gostaria de dar esta nota final, que é a conclusão destes pressupostos que referi. Tem a ver com a questão da iniciativa. Termino com uma conclusão que me parece ser o mais relevante.

Com Governos da República do PS, o PSD sempre teve uma posição clara e inequívoca, relativamente à questão da Base das Lajes e, em especial, à questão dos trabalhadores da Base das Lajes.

Agora, com um Governo na República do PSD e do CDS, o PSD tem exatamente a mesma posição que antes tinha. Não mudou em nada a posição que o Grupo Parlamentar do PSD tem sobre esta matéria.

Congratulamo-nos que pelo facto de na República ter mudado de Governo, o PS se aproxime e tenha posições idênticas àquelas que antes reprovou.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda bem que é assim!

Isto é um contributo para esta solução.

Termino dizendo isto:

Tanto para o PSD não importa a sigla dos partidos, porque os partidos são meios de ação política (o destino, o objeto e o princípio da ação política são as pessoas e aqueles que representamos), que para demonstrar mais uma vez isso, o PSD assume o desafio do Sr. Deputado Artur Lima relativamente à possibilidade de haver uma proposta conjunta desta Assembleia...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... no sentido de fortalecermos a posição dos Açores.

Para nós isto é que é o essencial.

Faço aqui mais uma declaração, que é também um desafio: não se deve ocupar o tempo a falar, nem falar para ocupar o tempo.

Devemos ocupar o tempo com soluções concretas. É este mais uma vez o contributo que o PSD dá.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, não quero interromper o debate, nem as inscrições que estão feitas.

Apenas para dizer que fiz um esforço de consenso, falando com todos os líderes parlamentares, para que possamos conversar e eventualmente sair daqui alguma proposta do conjunto desta casa.

Pediria um intervalo regimental para esse efeito, mas parece que há inscrições. Não quero interromper. Esperarei e depois solicitarei a seguir.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que ao fim do tempo que já levamos de debate sobre esta matéria, há uma conclusão pacífica a tirar-se. Aquilo que na realidade une todos os grupos parlamentares é a defesa dos postos de trabalho de portugueses naquela Base e é a reivindicação de que, quando deixarem de existir (se deixarem de existir!) na proporção, sobretudo da ameaça que pende sobre as suas cabeças, têm que ser ressarcidos de uma forma digna e decente, seja pelo Governo da República, seja pela administração Norte-Americana.

Tanto quanto entendi, esta é a parte que nos une, porque aquilo onde nós não estamos de acordo (aí estão claramente assumidas posições diferentes), é sobre o caminho que no futuro se dará àquela Base.

Deputado José San-Bento (PS): E sobre a Base das Lajes, Sra. Deputada?

A Oradora: Sr. Deputado, quer inscrever-se?

Deputado José San-Bento (PS): Não!

A Oradora: Não? Então eu queria continuar, se me permitir.

Fico satisfeita, em nome do Bloco de Esquerda, que na realidade haja consenso sobre esta matéria, por duas ordens de razão:

Primeiro, porque os trabalhadores portugueses daquela base sempre foram o elo mais fraco daquele acordo. São eles que, ano após ano, têm feito queixas e denúncias às quais o Governo da República e também o Governo Regional têm feito ouvidos de mercador.

Chegou a hora de nos unirmos todos na defesa daqueles homens, daquelas mulheres e daquelas famílias que têm o seu posto de trabalho neste momento em risco.

Também não podemos aceitar que sobre esta matéria continuemos com a política que até hoje, Sras. e Srs. Deputados, temos seguido, que é, de vitória em vitória, até à derrota final.

Foi dito, mais do que uma vez (aliás, foi dito claramente pelo Sr. Deputado Clélio Meneses), e provado ao longo da História, que a nossa localização geoestratégica tem sido sempre aproveitada e os exemplos que elencou, Sr. Deputado, querem apenas dizer uma coisa, que tem sido aproveitada, sempre, por países diferentes, para fins militares e para fins bélicos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não necessariamente!

A Oradora: Nunca a nossa geografia privilegiada foi aproveitada em nome do desenvolvimento, do progresso e da paz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não disse isso!

A Oradora: Ontem, o Prof. Avelino Meneses lembrou e trouxe à memória, e bem, numa conferência a que tive o privilégio de assistir no fim dos trabalhos do nosso Parlamento, uma afirmação de Vitorino Nemésio que dizia: “para nós a geografia vale outro tanto como a História”.

Eu não quero acreditar que a nossa geografia só possa valer para fins militares e para fins bélicos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Esta procura de consenso e de unidade que aparentemente alcançaram em torno da defesa intransigente daqueles trabalhadores, não pode

partir do princípio (para utilizar a expressão que já alguém utilizou também a propósito desta matéria) de que existe o Pai Natal e que o Pai Natal a existir mora na Casa Branca.

Nem existe o Pai Natal e se existisse, de certeza, que ele não moraria lá.

O que é que eu quero dizer com isto?

Deixo uma pergunta às Sras. e aos Srs. Deputados:

Qual é a capacidade negocial dos Açores, neste momento, se metermos a cabeça na areia negando a realidade que está em frente dos nossos olhos, ou (ainda pior!), se instrumentalizamos os trabalhadores, tratando de os convencer que estamos a defendê-los, pondo-nos de joelhos perante a administração Norte-Americana e pedindo-lhes “por favor não se vão embora”?

Qual é a força da nossa capacidade negocial?

Sras. e Srs. Deputados, não é preciso ser um perito para perceber. Qualquer açoriano/a perceberá. É nenhuma!

Portanto, não podemos partir deste patamar.

Temos que ter uma posição negocial forte, como já aqui foi dito?

Temos! O Bloco de Esquerda concorda. Mas suplicar não faz parte deste objetivo.

O que temos que dizer à administração Norte-Americana é que não queremos no nosso território uma Base adormecida ao preço de um T-1 modesto.

Não queremos no nosso território uma Base adormecida que será reativada sempre que a administração Norte-Americana o entender e que ficará ali adormecida, com o mínimo de trabalhadores portugueses possível, até à administração Norte-Americana entender que ela é necessária. Porquê?

Porque a mera presença da Base adormecida invalida qualquer trabalho de potenciar a tal geografia privilegiada em nome do desenvolvimento e do progresso desta Região.

Deputado José San-Bento (PS): Inacreditável!

A Oradora: Finalmente duas notas:

Lamento, sinceramente, ouvir o Partido Socialista rejubilar pelo facto dos Açores terem tido uma participação ativa, no caso concreto da Base das Lajes, por exemplo, na invasão do Iraque.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Iraque?

A Oradora: Sim! Exatamente! A prova da importância da Base foi o papel que ela desempenhou na invasão do Iraque.

Vale a pena lembrarmo-nos, Sras. e Srs. Deputados, e lembrar também aos açorianos/as, que estamos a falar de uma guerra ilegal à luz de qualquer direito internacional, ilegal à luz das Nações Unidas e com danos colaterais de centenas de milhares de mortes.

Portanto, rejubilar porque a Base teve um papel ativíssimo nesta invasão e nesta guerra da administração Norte-Americana é, no mínimo, lamentável para o Bloco de Esquerda.

Finalmente, não posso deixar passar em branco a afirmação feita aqui de que a Autonomia, a nossa Autonomia, a Autonomia do povo açoriano, conquistada ao longo de séculos, com a luta deste povo e com a luta dos mais reivindicativos, dos mais capazes e dos mais informados (reparem!), depende da existência da Base das Lajes.

A nossa Autonomia depende da existência da Base das Lajes?

Sras. e Srs. Deputados, mas que desvario é este?

Deputado José San-Bento (*PS*): A nossa autonomia depende!

A Oradora: O que é que isto quer dizer?

Há medida que a administração Norte-Americana vai desinvestindo da Base das Lajes, a nossa Autonomia vai-se afundando e vai desaparecendo.

Sras. e Srs. Deputados, pensemos um bocadinho no que estamos a dizer.

A Autonomia não depende de base nenhuma!

A Autonomia depende de uma conquista deste povo que se chama DEMOCRACIA e depende das reivindicações e da luta de um povo que se chama açoriano. Não depende da Base das Lajes o facto de estar ou deixar de estar. Não tem nada a ver com a nossa Autonomia, até que me provem o contrário,...

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso prova-se!

A Oradora: ... até que me provem que afinal a nossa Autonomia é ela também um favor da administração Norte-Americana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Francamente! ... A nossa autonomia depende da Base das Lajes! Francamente! ...

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de dizer que, apesar do esforço do Bloco de Esquerda, apesar das tentativas sucessivas da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, a verdade é que o sectarismo endémico que o Bloco de Esquerda tem na abordagem destas questões...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... vem rapidamente ao de cima.

O Bloco de Esquerda é contra a existência da Base das Lajes, é contra a Base das Lajes na Ilha Terceira, é conseqüentemente contra os impactos socioeconómicos que aquela Base tem naquela comunidade e também para os Açores e, apesar de estar sucessivamente com esta demagogia e este populismo que são bem presentes na ação política do Bloco de Esquerda, a verdade é que, apesar dos esforços, isso vem sempre ao de cima.

Deputada Zuraida Soares (BE): Esse discurso é um mau sinal! É sinal de fraqueza!

O Oradora: O Bloco de Esquerda tem sido e continua a ser contra a Base das Lajes e a existência da Base das Lajes na Ilha Terceira. Aliás, temos várias declarações públicas, quer do Deputado Luís Fazenda, quer do próprio Francisco Louçã, que afirmam precisamente isso.

Agora, ao sabor das conveniências e ao sabor da conjuntura eleitoral, vem também querer afirmar-se defensor dos trabalhadores da Base das Lajes.

Não podia deixar de referir esta questão.

Eu fui absolutamente claro na intervenção que fiz, na apresentação da proposta e do projeto de resolução do Partido Socialista sobre esta matéria.

A Base tem uma importância crucial para a Ilha Terceira. Não é de agora, é de há muitos anos.

Tem também uma importante relevância ao nível do impacto socioeconómico que tem na Ilha Terceira e nos Açores.

É também (é preciso dizê-lo para que não nos coloquemos numa posição subalterna aos interesses dos Estados Unidos) uma Base de extrema importância para os Norte-Americanos que tentam agora, no âmbito da sua estratégia negocial, desvalorizar aquela Base e desvalorizar a presença Norte-Americana nos Açores e no Atlântico,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... para depois poderem avançar para um processo negocial em suposta vantagem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E tem, para nós, uma questão absolutamente crucial, que é a defesa daqueles homens e das mulheres que ali trabalham, que têm tido um esforço meritório ao longo de muitos anos para estarem ao serviço das forças Norte-Americanas e daquela Base.

Isto tem, naturalmente, um impacto considerável, quer diretamente pelos postos de trabalho, quer indiretamente pelas famílias que vivem à custa dos rendimentos que dali são retirados, e também no âmbito da aquisição de bens e serviços que a própria Base potencia.

Julgo que é absolutamente necessário um alargado consenso de todos os agentes do sistema político regional e também nacional, sobre esta matéria.

É por isso que defendemos precisamente isso no Projeto de Resolução, recomendando também ao Governo da República que será o principal interlocutor nas negociações, quer no âmbito da revisão do acordo, quer no âmbito das relações bilaterais entre os Estados Unidos e Portugal.

Também devo dizer que a postura do PS sobre esta matéria é conhecida, está devidamente documentada. Todas as ações públicas que tivemos, em defesa daqueles trabalhadores, são perfeitamente conhecidas de todos.

Tivemos uma discordância, de fundo, na questão laboral referente ao fim do inquérito salarial e ao início de outro sistema de atualização salarial, que nos pareceu juridicamente mais correto, juridicamente mais preciso. Refiro-me, como sabem, ao facto de a partir de agora os aumentos salariais na Base das Lajes passarem a ser calculados com base no maior aumento, quer da função pública portuguesa, quer dos trabalhadores do DOD – Departamento de Defesa Norte-Americano – terminando assim com o inquérito salarial.

Tivemos divergências sobre essa matéria, mas isso não invalida, de todo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não foi só sobre esta matéria!

O Orador: ... aquela que tem sido a postura do Partido Socialista na defesa dos interesses daqueles trabalhadores e do Governo Regional, afirmando-a nos espaços necessários, quer no âmbito da Comissão Bilateral, quer no âmbito das relações institucionais corretas que têm que ser tidas entre o Governo dos Açores e o Governo da República, independentemente do partido que governa o nosso país.

Precisamente, por isso, naturalmente, de firmeza, de capacidade negocial nesta matéria.

Já sabemos, permitam-me a expressão, que os Norte-Americanos não brincam em serviço nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Temos, naturalmente, que estar à altura dessas circunstâncias.

Aquilo que disse, volto a dizê-lo, é a constatação de um facto (parece que é isso que está a acontecer).

Limitei-me a dizer que é importante que não aconteça a guerra, que parece estar a existir, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Defesa, arbitrada pelo Sr. Primeiro-Ministro, a favor do Ministério da Defesa, em busca do protagonismo no âmbito da tutela, digamos assim, da Base das Lajes e das

relações externas desta matéria. Isso não nos parece que seja um bom contributo para a defesa dos nossos interesses sobre essa matéria.

Quanto ao desafio que foi aqui colocado, naturalmente, o Partido Socialista tem a sua proposta. Estão lá vertidas as nossas preocupações. Caso seja possível consensualizar, entre todos, um projeto de resolução conjunto, pois, muito bem, cá estaremos para analisar essa situação.

Caso entendamos que isso cumpre aqueles que são os nossos princípios e aquilo que defendemos nessa matéria, seremos, com muito gosto, subscritores desse Projeto de Resolução, fazendo apenas duas ressalvas.

Existem aqui algumas matérias que, sendo questões relevantes nesta discussão, nós não concordamos: a questão da consagração de contrapartidas como defende o PPM e a questão da quantificação do contingente mínimo, também parece-me que não é adequado nesta fase.

No entanto, havendo boa vontade de todos os partidos e estando aqui prontos a promover uma convergência de interesses entre todos, em nome da defesa dos trabalhadores daquela Base e em nome da defesa dos interesses dos Açores, será absolutamente possível haver um consenso generalizado sobre esta matéria.

Seria, na nossa perspetiva, importante um Projeto de Resolução conjunto subscrito pelos 6 partidos representados nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É para um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Atendendo à hora, significa que terminamos os nossos trabalhos da parte da manhã.

Naturalmente o intervalo será concedido, porque é regimental.

Agradecia aos líderes parlamentares ou ao Sr. Deputado Artur Lima, que tomou esta iniciativa, que por volta das 14 horas e 30 minutos me digam qualquer coisa, para saber em que ponto ficaram essas negociações.

Vamos fazer o nosso intervalo regimental, o que significa que terminamos os nossos trabalhos por agora. Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Bom almoço e até lá.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito boa tarde.

Eram 15 horas e 17 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, um pouco mais tarde do que costuma ser habitual, mas isso porque, tal como perceberam e foi anunciado aquando dos nossos trabalhos da manhã, houve alguns esforços entre os líderes parlamentares no sentido de se chegar a um eventual acordo e a um consenso sobre esta matéria que temos vindo a discutir.

Gostava também de vos dar notícia que, nessa sequência, foi entregue pelos proponentes dos Projetos do PCP, do PSD e do PS, uma proposta de substituição integral dum Projeto de Resolução dessas três primitivas resoluções.

Os projetos, por uma economia de tempo e de celeridade, foram distribuídos, um por cada bancada.

Posto isto, creio que estamos em condições de retomarmos os nossos trabalhos.

Embora regimentalmente se trate de uma proposta de substituição integral, cada grupo ou representação parlamentar usará do tempo restante que ainda tem, e acrescentarei, para quem não tiver tempo, no mínimo, 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tinha pedido a palavra noutra contexto, quando se discutiam os vários projetos de resolução. De qualquer maneira, julgo que se mantém o interesse de prestar

um ou dois esclarecimentos sobre algumas coisas que aqui foram ditas e juntar a isso uma constatação que tem a ver com o desenrolar dos acontecimentos daí para cá.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, parte da sua intervenção devia ter o rodapé que se põe nas reportagens televisivas, que diz “imagens de arquivo”.

Boa parte do que o Sr. Deputado aqui referiu passou-se em 95. É um receio que o senhor tem (legítimo, naturalmente) que se possa passar em 2012, mas desse ponto de vista é só história, no que diz respeito ao passado, e ficção, no que diz respeito ao presente, porque nada disso, felizmente, aconteceu.

Até agora (julgo que é importante que se diga e o Governo Regional tem o dever de informar esta casa) o processo de interligação entre o Governo da República e o Governo Regional, sobre esta matéria, foi feito na maior boa vontade, na maior colaboração, entre o Governo da República e o Governo Regional.

Como sabem (é público!) fomos informados pelo Sr. Primeiro-Ministro do que tinha sido a intensão manifestada pelos Estados Unidos.

Depois disso, foi acertado um canal de comunicação nesta fase do processo entre o Governo Regional e o Ministério da Defesa. Houve um primeiro encontro para que se trouxessem e comungassem algumas das ideias que cada uma das partes tinha sobre o assunto.

Como estamos numa fase não de negociações, não numa fase oficial, mas antes num período preparatório de conversações, não houve ainda mais do que isso. Mas no processo que já houve estivemos em cooperação, e isso é importante salientar, porque se não fosse o caso eu viria aqui dizer que não tinha resultado ou as coisas não estavam a correr bem, e até agora estão.

Por outro lado, parece-me importante que se faça um ponto, porque uma coisa são os nossos desejos, a nossa vontade, o nosso empenho e a nossa determinação na defesa dos interesses dos Açores, outra coisa são delírios de negociações que não se fazem no quadro competencial e institucional existente. Não são passíveis de serem feitos.

Há um quadro que todos conhecem que tem de um lado os Estados Unidos com as suas intenções, os seus condicionalismos financeiros, o seu conceito estratégico e a maneira de o implementar. São eles que decidem, desse ponto de vista, como é que se organiza.

É verdade que em relação à Europa, os Estados Unidos não reduziram a sua presença de forma idêntica em todos os países onde têm bases.

É verdade que, por exemplo, em Espanha, houve um reforço da presença americana em contrapeso, em contraponto ou em contraciclo com o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha, na Itália e aparentemente poderá acontecer em Portugal. Tudo isso é verdade, mas isso depende da vontade e da forma de organização interna dos Estados Unidos.

Por outro lado, sabemos qual é o quadro competencial em que nos movemos.

Constitucionalmente temos o direito de ser informados, temos o direito de participar ativa e permanentemente, de forma cúmplice quando isso se justificar, manifestando o nosso antagonismo quando não concordarmos. Temos esse direito constitucional, essa prerrogativa que exerceremos até aos limites, mas o quadro é este.

Portanto, não vale a pena partir para um eventual processo negocial, iludidos ou baseados nesses desejos, grandes e eloquentes, mas que não são praticáveis no quadro existente.

Folgo, e isto era a constatação que o Governo gostava de fazer, em verificar que foi possível alargar o consenso que se pretendia que houvesse sobre essa matéria.

Foi possível unir esforços naquilo que é essencial.

Já percebi que não será comum a todas as bancadas, mas pelo menos foi o mais alargado possível e essa mensagem é determinante na força que possa vir a ter a posição da Região sobre esta matéria, porque deve haver uma posição da região e não uma posição do Governo Regional sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (já não está sozinho Sr. Secretário Regional):

Gostaria de começar por falar, até porque ainda tenho algum tempo, penso que dois minutos, do anterior, em cambalhotas e em oportunismos.

Queria começar pelo seguinte: pensei que tinha sido, em nome do BE, suficientemente clara em tudo aquilo que disse na declaração que há pouco proferi daquela tribuna, mas obviamente por culpa minha, enganei-me e não o fui.

Portanto gostaria de clarificar aquilo que pelos vistos não foi compreendido.

A primeira coisa que gostaria de dizer, em nome do BE, para que fique agora claro era o seguinte: se aquela Base da Lajes que é nossa, que aliás é um pormenor que muitas vezes esquecemos, e que está ao serviço dos interesses bélicos e militares da administração norte americana, não tivesse um único trabalhador português, o BE defenderia todos os dias o encerramento dessas valências militares e que a administração norte americana fosse procurar uma Base, a custo zero, noutra País, noutra Região que não a nossa.

Que fique claro: se não estivesse lá um único trabalhador português, era isto que o BE faria. Mas está! Estão lá trabalhadores portugueses! E é exatamente porque estão lá e merecem ser respeitados pelo trabalho que têm feito, pela qualidade demonstrada e pelas competências que têm. Sobretudo que sejam defendidos os seus direitos.

Nós, daquela bancada, propusemos, à semelhança do que temos vindo a fazer, uma moratória estabelecida entre o Governo da República e o Governo Regional, uma moratória que pode demorar 3, 5, 7 anos, o tempo que for preciso, para criar alternativas pacíficas que tragam desenvolvimento, progresso e riqueza a esta Região, que garanta aqueles postos de trabalho e sobretudo que crie novos postos de trabalho qualificados.

Este é o segundo ponto que queria clarificar, sem nenhuma cambalhota e sem nenhum tipo de oportunismo.

Julgam alguns dos Srs. Deputados, que defender os postos de trabalho existentes e procurar alternativas pacíficas e desenvolvimento para aquela Base,

são contraditórias, pois Sras. e Srs. Deputados, tenho uma má notícia para vos dar, aquilo que a vida e que a história daquela base tem provado na nossa Região, é que o contrário é que é contraditório, ou seja defender a existência daquela Base ao serviço dos interesses bélicos da administração norte americana, não tem garantido os postos de trabalho e a prova é que foram mais de 3000 e neste momento são cerca de 700.

Portanto a contradição não está do lado do BE, que diz que é preciso iniciar um caminho no sentido de garantir postos de trabalho que dê aquela Base outra utilização.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não diz é como?

A Oradora: Já disse. Sr. Deputado já disse.

Aquilo que ficou claro hoje é que algumas bancadas continuariam e continuarão, a defender a Base das Lajes, posta ao serviço da administração norte americana e aos seus interesses bélicos, mesmo que lá não estivesse um único trabalhador português. Os senhores continuariam a defender a permanência da Base, ao serviço dos interesses norte americanos, a custo zero, praticamente, mesmo que lá não estivesse um único trabalhador português. Esse é que é o fundamentalismo ideológico. O casulo ideológico que impede o povo açoriano de começar a pensar em alternativas que na realidade tragam progresso e desenvolvimento a esta Região, é vosso. Não é da bancada do BE,

Quanto ao Projeto de Resolução agora entregue, Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa que gostaria de dizer é que parte deste preâmbulo foi feito pelo BE, o que quer dizer que nos associámos, de boa-fé e de coração aberto ao esforço que de facto fizemos entre os vários partidos para chegar a um consenso. Há uma parte que foi, há outra que não foi. A que foi, eu assumo-a por completo e é o nosso contributo para a procura de consenso, porque não conseguimos ir mais longe e porque é que o BE está fora do consenso que legitimamente, algumas forças alcançaram. Rapidamente, vou explicar.

Partimos para aquela reunião com 4, 5 pontos que enunciámos.

O novo Projeto de Resolução teria que:

1º. ponto - Claramente reivindicar indemnizações reforçadas para os trabalhadores que estão na eminência de ser despedidos para a Ilha da Terceira e para a Região. Este era o ponto principal para nós. Estas indemnizações deveriam ser assumidas pelo Governo da República e pela administração norte-americana.

2º. ponto - A troca de uma informação permanente entre os Governos da República e o Governo Regional quanto a este processo que agora está em cima da mesa.

A informação prestada pelo Governo Regional a este Parlamento, atempada e progressivamente, no sentido de nos mantermos e de mantermos o povo açoriano informado quanto ao que se está a passar.

A valorização da posição geoestratégica dos Açores, não apenas ao serviço dos tais interesses militares e não apenas como mais-valia para projecções militares, mas para que finalmente se quebrassem o tabu que existe nesta Região que nos impede de pensar em usar, em rentabilizar, em valorizar o privilégio da nossa posição geográfica em termos de desenvolvimento e não apenas em termos militares e bélicos.

Finalmente, que daqui retirássemos a oportunidade de começar a procurar novas valências, novas utilizações, ...

Deputado José San-Bento (PS): Deve ser para papoilas!

A Oradora: ... novas rentabilizações daquela base que é nossa – vale sempre a pena lembrá-lo – e da nossa privilegiada posição geográfica.

Eram estes os nossos pontos de partida.

Outras impuseram-se democraticamente e muito legitimamente e nós não nos revemos no texto final desta Resolução.

Por isso relativamente a ela a nossa posição será de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero nesta breve intervenção registar o facto de que foi possível conseguir um consenso alargado, o mais possível, relativamente a uma questão de

importância crucial para os Açores e hoje a ALRAA vai sair daqui com uma posição o mais consensual possível sobre a questão da Base das Lajes.

Não posso deixar de registar esse facto, até porque tendo sido autor de uma das propostas procurei sempre e enunciei sempre a disponibilidade de Representação Parlamentar do PCP para participar num processo e que fosse possível consensualizar uma posição, ou pelo menos alargá-la o mais possível.

Queria referir ainda o seguinte.

O consenso a que se chegou e que está subscrito pelo quadro de forças políticas afirma a posição da Região, uma posição firme e expurgada de qualquer tipo de capitulação perante aquilo que vem sendo anunciado.

Não há capitulação, designadamente porque não há a assunção por parte deste Projeto de Resolução, de que venham a acontecer despedimentos ou alterações significativas, portanto não há nenhuma exigência de indemnizações sobre esse aspeto.

Portanto, também aqui foi expurgado qualquer considerando de capitulação.

Por outro lado, e naquilo que era fundamental para o PCP, diz o ponto 3 deste Projeto de Resolução, desta argumentação e passará a ser certamente a posição da RAA: “ao nível de qualquer processo de conversações ou negociações diplomáticas relativas à Base das Lajes, deve ser periodizada a defesa inequívoca dos trabalhadores portugueses, nomeadamente evitando-se reduções do seu contingente, bem assim garantindo o respeito integral pelos seus direitos e interesses”.

Parece-me que está perfeitamente claro que a posição da Região, para além de exigir o respeito do cumprimento daquilo que são disposições estatutárias e constitucionais, exige-se também o acompanhamento direto e em articulação com esta Assembleia.

Mas, há uma questão que para o PCP era fundamental e que está aqui claramente consagrada e, portanto, o PCP fez um esforço de conciliação e estamos certos que contribuímos para que a posição da Região fosse uma posição forte e sem nenhum tipo de capitulação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o que me cabe dizer a esta câmara é que evidentemente considero que o Parlamento dos Açores já deu provas em assuntos de uma importância transcendental para os Açores que age com um grande sentido de responsabilidade e eu penso que foi isso que voltou a acontecer.

Isso, tendo em conta a nossa história parlamentar e a atualidade parlamentar também, quer na Assembleia da República, quer da Madeira, penso que distingue a atividade parlamentar e distingue de facto a convergência que todos tentam realizar em relação à defesa dos interesses dos Açores.

Quatro forças políticas conseguiram consensualizar um texto.

Penso que é um esforço que dever ser valorizado.

O PPM não conseguiu integrar-se nessa convergência. Nós tínhamos posições algo distantes do ponto de equilíbrio a que as outras forças políticas chegaram. Assinar um acordo conjunto que de facto iria contradizer grande parte daquilo que nós tínhamos dito anteriormente, penso que não favorecia a nossa coerência, a coerência do PPM e não favorecia um acordo em que grande parte das nossas preocupações não está contemplada.

Portanto, é só por isso. É uma questão de coerência, mas não deixo de enaltecer a importância de se ter conseguido uma convergência mais alargada.

Considero também que é muito importante as diversas forças políticas efetuarem um esforço de convergência, mas não um esforço de convergência em que digam dez, quinze minutos depois, ou duas horas depois, o contrário do que disseram há pouco.

Penso que não é o caso das forças políticas que chegaram a esse consenso, mas seria nós termos subscrito esse acordo.

Valorizo tanto esse esforço de convergência que tinha dito que iria votar contra o Projeto de Resolução do PCP, PS e PSD, mas não vamos inviabilizá-lo e não vamos votar contra.

Esse é o nosso esforço pessoal nesta tentativa de conseguir uma posição mais forte, mas institucional por parte dos Açores e a nossa posição também é essa, o nosso esforço construtivo.

Dito isto, quero reafirmar aqui duas ou três coisas, respondendo ao Sr. Secretário da Presidência.

Eu considero que do ponto de vista estratégico, a posição dos Açores não se desvalorizou da década de 90, para cá.

Sei e explico ao longo do Projeto de Resolução, por que é que sustento essa opinião, mas considero que quem defende que os Estados Unidos vão priorizar o pacífico e vão entrar numa guerra de atrito com a China e com a Índia no sentido de manter uma presença militar maior para competir nesses “chiados” regionais, está enganado. Basta ler aqueles que são os últimos trabalhos de geopolítica sobre esta questão de gente muito influente dos Estados Unidos.

Portanto do ponto de vista de quem pensa que os Estados Unidos vão entrar numa competição dessas posso dizer-vos que é minha convicção e convicção dos maiores especialistas mundiais nestas áreas que não o vão fazer. Não o vão fazer!

Há quem alerte para o perigo duma supremacia no pacífico, doutra potência como a China.

Gostava de dar aqui um dado. As despesas militares dos Estados Unidos neste momento continuam a ser dez vezes superiores às que a China está a realizar neste momento.

Portanto desenhar um quadro estratégico em que nós estamos a pensar nos Estados Unidos que se vão projetar no pacífico e não no atlântico isso é pura ilusão e isso é que é pura utopia.

Do ponto de vista do contexto político, considero que um dos grandes problemas da abertura do processo negocial, neste momento, tem a ver com prioridades que não são prioridades geoestratégicas, isto ficou demonstrado, mas são com certeza prioridades do ponto de vista político.

Vamos ter eleições presidenciais americanas em novembro deste ano. A administração Obama quer apresentar ao eleitorado americano uma diminuição

das despesas militares e é aí que se enquadra este esforço norte-americano de tentar desvalorizar, geoestrategicamente, os Açores e ter aqui uma presença mais barata.

Tem a ver com a política interna norte americana e a necessidade de diminuir estas despesas militares.

Gostava de dizer apenas, ainda sobre este assunto, que o mesmo Presidente Obama, que tenta diminuir estas despesas militares neste contexto de eleições presidenciais que tem que disputar daqui a uns meses, é o mesmo que já confirmou e já assegurou ao Estado de Israel que, após as eleições, endurecerá a sua posição em relação à questão nuclear no Irão. Portanto, é o mesmo que já refere e dá garantias ao Estado de Israel, em relação a essa questão.

Eu pergunto: neste contexto de geopolítica há alguma dúvida que a Base das Lajes é absolutamente decisiva? Não tenho nenhuma dúvida em relação a essa questão.

Como terminei o meu tempo de intervenção, tinha mais duas ou três questões que na próxima intervenção terei oportunidade de referenciar.

Presidente: No seu caso e neste debate, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não haverá próxima. Como sabe tinha 4 minutos, eu dei-lhe cinco. Terminou o seu tempo mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e em nome do PSD para saudar o consenso que se alcançou entre quatro forças partidárias relativamente a um assunto com esta importância.

Como o PSD sempre disse e afirmou desde o início deste processo e desde a primeira declaração pública que o PSD tomou, uma das dimensões essenciais na abordagem a esta matéria, era a necessidade de haver um consenso alargado, porque isso fortaleceria a posição da Região e daria outra dimensão à defesa dos interesses açorianos.

Todos os compromissos para existirem exigem cedências e contributos, na medida em que essa cedência e contributo for possível para alcançar esse

contributo. Foi isso que aconteceu. Saudamos isso, sendo certo que naquilo que não foi possível de cedência ou de contributo alcançar o bom senso, é legítimo também.

No reconhecimento dessa legitimidade também aceitamos todas essas posições. O que é certo é que, na generalidade, as questões levantadas pelo BE estão de uma outra forma previstas na redação final e estão previstas no sentido daquilo que nos parece resultar numa posição fortalecida da região e que poderá ser também ela um contributo para nesta medida se defender os interesses dos Açores através dos meios constitucionais e estatutários previstos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas nesta fase do debate, e como já foi dito pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, sublinhar o consenso alargado que aqui se chegou.

Felicitar o PCP, o PSD e o PSD pela grandeza que tiveram em nome da Região, em nome dos trabalhadores, em nome dos Açores, em chegar a um consenso, defendendo neste Projeto de Resolução, quer os interesses dos trabalhadores, quer a posição geoestratégica da Base das Lajes da Ilha Terceira e dos Açores, que não se resume, de modo algum a uma questão militar. É o nosso ativo geoestratégico que deve ser valorizado. Todos perceberam isso.

Todos tiveram a humildade de fazer cedências e chegámos a este consenso que julgo perfeitamente claro e que defende as posições dos Açores, determinando um entendimento entre o Governo Regional dos Açores, o Governo da República e também uma colaboração e acompanhamento permanente entre a Assembleia Legislativa da RAA, o Governo Regional dos Açores e o Governo da República, já que esta casa não poderia jamais ter ficado fora deste processo e é isto que engrandece a democracia.

Finalmente quero dizer que às vezes as coisas começam mal e acabam muito bem.

Hoje, os açorianos vão reconhecer o sentido de Região que foi demonstrado nesta casa e o sentido de estado (por que não dizê-lo?) que os Deputados dos Açores que subscrevem este Projeto, conseguiram com este consenso alargado. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero registar aquilo que me parecer ter sido um contributo importante para esta causa que é o consenso alargado conseguido por vários partidos aqui representados sobre esta matéria.

Teremos com certeza algumas divergências pontuais em algumas matérias, mas naquelas que são as questões essenciais em torno da presença norte americana na Base das Lajes e dos seus impactos sócio económicos na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, nos Açores e até em Portugal, julgo que estamos de acordo.

O texto consensual que foi produzido por nós, e que será votado brevemente aqui, penso que acautela aquilo que todos os partidos defendiam no debate que tivemos durante a manhã.

Infelizmente, não é possível a subscrição de todos de forma perfeitamente legítima. Consta deste Projeto, e foi essa uma preocupação que tivemos, aquelas que são as questões centrais e essenciais que devem ser abordadas agora.

Portanto volto a apelar ao PPM e ao BE que possam também juntar-se a nós nesta questão votando favoravelmente aquilo que aqui está, porque isso daria ainda mais força e legitimidade política a esta posição, que me parece absolutamente fundamental, em defesa dos nossos interesses nesta matéria.

Por outro lado, também fica realçado e reafirmado aquilo que para nós é um princípio absolutamente fundamental, que é no âmbito do processo negocial que pode vir a decorrer num quadro de revisão ao atual acordo, ou mesmo no âmbito daquela que é a relação bilateral entre o Estado português e Portugal, relativamente a esta matéria, sejam sempre acauteladas e refletidas as posições dos órgãos de governo próprio dos Açores sobre esta matéria.

Portanto, julgo que os partidos aqui representados e subscritores desta proposta dão um importante contributo neste momento e neste contexto para a defesa desta causa.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta de substituição integral que substituiu três das propostas pré-existentes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do Projeto de Resolução do PPM sobre esta mesma matéria.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o meu voto relativamente à proposta do PPM, uma vez que, no início do debate dos quatro Projetos de Resolução, eu tinha anunciado o voto favorável ao Projeto de Resolução apresentado pelo PPM, mas face à evolução que entretanto se verificou e à retirada da própria proposta do PCP, de outras propostas e a sua substituição, o meu sentido de voto não faria sentido

que não fosse este, até para justificar exatamente isto, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 – “redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS requer a urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional tendo em conta que este incide diretamente na atividade das empresas de construção civil, empresas extrativas, que são as empresas mais afetadas pela crise em que vivemos.

Não querendo entrar na proposta, porque não é disso que se trata, a urgência prende-se exatamente com a necessidade de nós termos esta iniciativa em vigor o mais rapidamente possível, com os fortes impactos ao nível da redução da despesa e dos encargos das empresas de construção civil, que tanto necessitam neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que uma matéria desta importância (e certamente ela é importante) deveria baixar à comissão para ser devidamente analisada até pelas implicações que tem.

Percebo qual é o objeto e a importância dela e até alguma urgência, mas a urgência não evita que ela pudesse seguir para a comissão e ser analisada com alguma reflexão mais aprofundada em sede da Comissão de Economia.

Portanto a Representação Parlamentar do PCP irá votar contra o pedido de urgência.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos então para a substância do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, para apresentá-lo.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A construção civil é um dos setores económicos mais afetados pela atual conjuntura de crise, estando mesmo empresas viáveis e com boa carteira de obra com dificuldades de liquidez.

Esta situação resulta, em grande medida, da grande dificuldade que as empresas de construção civil estão a encontrar para se financiarem na banca e que está a dificultar o acesso ao crédito limitando em muito a normal atividade económica destes privados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! É esse o grande problema!

O Orador: Em 2011 o crescimento do desemprego tinha essencialmente origem no setor da construção civil. Esta foi a face mais visível e nefasta das dificuldades das empresas e das famílias em recorrer ao financiamento bancário.

A economia regional está assim a sofrer as consequências da total paralisia em que se encontra a banca.

Em 2007, os bancos injetaram na economia 600 milhões de euros, qualquer coisa como o plano atual de investimento da RAA.

Já no primeiro semestre de 2011, registou-se uma contribuição negativa em 67 milhões de euros para a economia açoriana e este cenário que se perspetiva este ano não é também nada animador.

As dificuldades de acesso ao financiamento bancário agravaram-se ainda com o quadro actual de austeridade nacional, com várias medidas implementadas que representaram um forte constrangimento à normal atividade do nosso tecido empresarial.

Perante esta realidade, o Grupo Parlamentar do PS auscultou os agentes do sector da construção civil, no sentido de avançar com medidas que constituam um contributo para a redução dos encargos e responsabilidades financeiras das empresas que se dedicam a esta atividade.

É neste enquadramento que o Grupo Parlamentar do PS Açores apresenta, a este plenário, um Projeto de Decreto Legislativo Regional que prevê a redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico de aproveitamento de massas e minerais na RAA.

Na prática, trata-se de aliviar financeiramente as empresas açorianas que exploram as massas minerais inertes junto da banca, através de uma redução de 75% de valor das cauções bancárias e da suspensão da caução bancária das parcelas licenciadas, mas que ainda não iniciaram a exploração, aquilo que se chama a frente de desmonta.

Esses inertes provêm de explorações de terrenos o que implica um licenciamento para a sua extração industrial.

Deste licenciamento faz parte o compromisso de apresentar garantias bancárias em função do tamanho do terreno em causa, da área a explorar e do custo da reposição da paisagem.

Estas garantias atualmente são obrigatórias, mesmo antes de se começar a exploração. Isso acarreta custos grandes para as empresas, sobretudo porque o valor das garantias é contabilizado pela banca como responsabilidades financeiras destas empresas.

Atualmente existem nos Açores 52 empresas de construção civil que são detentoras de 91 licenças de exploração de inertes em várias ilhas. Aqui vê-se o alcance desta medida.

Atualmente as empresas açorianas que exploram inertes têm responsabilidade diretas de cerca de 11 milhões de euros em garantias bancárias.

De acordo com esta proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo em conta a redução de 75% prevista, estas empresas ficarão apenas com responsabilidades financeiras diretas de 2,7 milhões de euros.

Libertam-se assim diretamente às empresas açorianas pelo menos cerca de 8,3 milhões de euros de responsabilidades bancárias.

As empresas poderão ver ainda mais aliviadas as suas responsabilidades nesta matéria, caso possuam parcelas licenciadas, mas com exploração não iniciada.

Nestes casos, a caução fica suspensa com a libertação da respetiva garantia bancária, bem como dos encargos de juros daí decorrentes.

Esta é assim uma medida com impacto real na vida das empresas que passam a estar mais aliviadas perante a banca, devido à redução proposta para as cauções, libertando às empresas recursos para que possam satisfazer atempadamente todos os seus compromissos.

Esta medida junta-se assim a outras já tomadas pelo Governo Regional dos Açores, como é o caso do incentivo à integração e contratação de trabalhadores desempregados; o programa de valorização do emprego que permitirá a manutenção direta dos mil postos de trabalho e mais oito de forma indireta; a manutenção das taxas de IVA; antecipação em dois meses de todos os procedimentos referentes a concursos públicos de obras previstas para este ano.

Juntam-se a estas medidas seis linhas de crédito que asseguram já nos últimos 3 anos a 1955 empresas, um financiamento superior a 340 milhões de euros.

Todas estas medidas são possíveis devido à boa situação, e reconhecida, das finanças públicas regionais, que permitem a adoção de instrumentos eficazes de combate aos efeitos de austeridade nacional e aos constrangimentos da banca.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS está a trabalhar para conseguir que os efeitos das medidas de austeridade, e a situação em que vivemos atualmente de grande constrangimento económico, possam ser ultrapassados, porque esta é a nossa atitude, de não virar a cara à luta, de não dizer que a austeridade e a crise é uma fatalidade, porque o PS acredita que é possível vencer esta crise sem que ninguém fique para trás.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como o PSD vem repetindo regularmente e aliás como já o fez inclusivamente neste Plenário, ...

Deputado Francisco César (PS): Vem de braços caídos!

O Orador: O senhor está aqui só para a cacetada.

Deputado Francisco César (PS): Oh Sr. Deputado!

O Orador: Seja sério, analise e avalie os problemas da economia açoriana e dos desempregados dos Açores de uma forma séria. Seja sério a fazer política!

Presidente: Prossiga Sr. Deputado.

O Orador: ... está aberto para todas as medidas que possam vir a atenuar os efeitos devastadores que o mau comportamento da economia açoriana, nos tempos mais recentes, tem criado, designadamente, aquilo que se passa em matéria de emprego, com os mais de 18 mil desempregados que neste momento se encontram nessa situação na Região.

Já o fez e fê-lo através da sua líder. Aliás, logo que foi conhecido esse problema do desemprego, que inclusivamente e de acordo com o próprio Governo Regional se perspectiva que venha a aumentar ao longo deste trimestre,

considerou que era importante, numa fase tão importante para os Açores, no sentido de se afastar da situação de crise que se está a viver e no fundo reconduzir a economia para terrenos mais seguros, todas as medidas de natureza conjuntural que no imediato pudessem ser implementadas para reduzir os efeitos dessa crise devastadora que assolou a economia.

A própria Presidente do PSD apelou justamente, há cerca de um mês atrás, a essa união de esforços e deu nota que o PSD estaria com todas as medidas, viessem elas de onde viessem.

Esta é justamente uma medida que é proposta pelo Grupo Parlamentar do PS que, em nosso entender, pode ser importante para um setor que, seguramente, é o setor onde mais se tem feito sentir os efeitos negativos da crise da economia açoriana.

É um setor que atravessa uma fase manifestamente difícil e seguramente uma medida como esta, uma medida de natureza conjuntural, que o Grupo Parlamentar do PS aqui propõe, pode ser importante nesta fase de crise que se está a viver.

Dessa forma e relativamente à proposta apresentada pelo PS, o PSD vai, como fará em relação a qualquer medida desta natureza, votá-la favoravelmente.

Deputado José San-Bento (PS): Precisava era que os senhores tivessem algumas medidas!

Deputado António Marinho (PSD): Seja sério! Não faça da política uma brincadeira!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP compreende a bondade desta iniciativa e a necessidade que há de encontrar respostas que ajudem a combater as dificuldades das empresas, as dificuldades sociais e económicas, que estamos a atravessar.

Pensamos é que as medidas não podem ser tomadas de uma forma leviana e avulsa e ainda por cima trazendo-nos aqui uma proposta que em termos...

Deputado Francisco César (PS): Que leviandade!

O Orador: Tem algum problema contra a leviandade?

Deputado Francisco César (PS): É o termo!

O Orador: Pode ser que eu lhe encontre um outro termo menos leviano.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Mas a ideia é essa Sra. Deputada, é a mesma. É a caça aos melros.

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto está a correr tão bem. Vamos lá continuar.

O Orador: Mas, se não gostaram da leviandade vamos dizer que a técnica jurídica que aqui trazem é trapalhona. É atabalhoada.

Deputado Berto Messias (PS): Seja justo!

O Orador: A técnica é a seguinte:

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): A técnica é que só trazem 3 alíneas!

O Orador: Vs. Exas. contradizem o artigo 53º. do Decreto Legislativo Regional 12/2007, que não alteram e este artigo estabelece uma complicada forma de cálculo do valor da caução.

Mas não é só isso, Sr. Secretário, tem mais, que é a questão da retroatividade que aqui querem colocar no nº. 3 do artigo 1º., o que nos levanta algumas dúvidas sobre a sua legalidade, para além da confusão que pode vir a introduzir.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Deve ser outro diploma, porque este aqui não tem!

O Orador: Sr. Secretário, a questão é a seguinte.

Como Vs. Exas. optaram por não alterar o Decreto 12/2007 e vêm com um novo Decreto ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Mas é um decreto transitório!

O Orador: O objeto é o mesmo.

Portanto Sr. Secretário, o senhor ainda vai ter que me explicar, embora isto seja uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não vou explicar nada!

O Orador: Há aqui algumas situações para esclarecer. De qualquer forma e porque entendo que a matéria é importante, como disse relativamente à questão da urgência, julgo que ela deveria baixar à Comissão de Economia para ser devidamente trabalhada, para não andarmos a satisfazer, com respostas avulsas, uma crise que é generalizada e que precisa de respostas conjunturais e estruturais e não de medidas avulsas para satisfazer um determinado segmento da atividade económica.

Portanto, Sr. Secretário, Vs. Exas., Sras. e Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS, devem encarar o problema da crise e a resolução dos problemas que afetam a economia regional, de uma forma estrutural e estruturante e não apenas com estas medidazinhas avulsas que aqui nos trazem e que por isso mesmo adjectivei-as de levianas e – não gostando do termo – são trapalhonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir neste debate para dar algumas informações que acho que são importantes para recentrar este problema da construção civil.

Em 1996, tínhamos uma crise aqui nos Açores, diferente desta, mas também uma crise.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Mas tínhamos menos desemprego, Sr. Secretário!

O Orador: Hoje a situação coloca-se doutra maneira, mas é preciso saber fazer esta história para percebermos do que é que estamos a falar.

Temos nos Açores, neste momento, 39 grandes empresas que tratam da construção civil e que empregam a maioria das pessoas que fazem parte do setor.

Destas 39 empresas, neste momento, de acordo com os últimos dados que temos disponíveis, existem cerca de 50% que sofrem de dificuldades de várias ordens, ou já tinham dificuldades de gestão que se acentuaram com esta crise, ou dificuldades resultantes do mercado da procura e da oferta.

Mas atenção! É preciso também saber que, no ano de 2006, a AICOPA fez um estudo sério e rigoroso e determinava que, na construção, esses 18 mil trabalhadores, tinham alocados a esse setor o investimento de 47%, em termos privados, e 53% público, ou seja, Governo, Câmaras e outros Institutos Públicos.

O que é que efetivamente aconteceu aqui?

Em 2009, o setor da construção civil, em termos públicos, teve o investimento do Governo, das Câmaras e também doutros organismos públicos, na ordem dos 137 milhões de euros.

Mas em 2010 até teve 207 milhões, dessas três entidades e em 2011 teve 206,8.

O que é que o Sr. Deputado Francisco César disse, e muito bem, agora há pouco? O que houve efetivamente nesta conjuntura foi, de 2007 a 2010, entre uma conta que os bancos não gostam de fazer, que é aquilo que emprestam e é aquilo que aforram, uma diferença de 620 milhões de euros. É isso que desapareceu na economia e obviamente que isto teve um impacto brutal nesta atividade económica.

Estas empresas que se encontram em dificuldade, das 39, muitas delas, não são da classe 9, que são mais conhecidas, ou da classe 8, ou da classe 7. São empresas que habitualmente não acediam ao mercado da construção civil, em termos públicos, era ao mercado privado.

Portanto isto é mais um dado que comprova que efetivamente há aqui um problema, mas esse problema tem na sua raiz uma explicação de diminuição drástica do investimento privado.

É um problema de economia regional, é um problema que todas as entidades públicas devem estar também preocupadas com isso, mas é preciso repor a devida verdade em matéria de construção civil, quando falamos no desemprego. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgava que esta proposta, boa proposta aliás, não trouxesse aqui grande discussão e amuos de ninguém.

Julgo que é uma boa proposta, que é trazida pelo Grupo Parlamentar do PS, que naturalmente tem em posse essas informações sobre os avales e a quantidade de dinheiro que existe nos bancos, que as empresas podem ir buscar e nesta altura de crise é fundamental, quanto mais depressa melhor, injetar esse dinheiro na economia e nas empresas.

Da nossa parte apoiamos acaloradamente essa proposta e quanto mais depressa ela se concretizar, melhor.

É uma proposta efetiva, quantificada como deve ser e toda a gente fica a saber o que é que daí resulta dessa proposta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito trabalho para fazer essas continhas!

O Orador: Não vale a pena (é demagogia pura!) fazer propostas, sem as quantificar pelo mínimo que seja.

Esta é efetivamente uma boa proposta.

Queria dizer que introduzimos aqui na especialidade, e já anuncio Sr. Presidente, se me permite, 3 artigos: em primeiro lugar, relativamente ao conceito da parcela inativa usado na redação inicial, poderia induzir alguma confusão entre a parcela com exploração não iniciada e exploração esgotada.

Portanto havia de precisar esse conceito e optamos para explicitar quem tem direito à redução efetiva do valor da caução.

Outra questão era não deixar que fosse um critério muito amplo e muito aberto por parte do membro do Governo que a tutela. Portanto, ficar determinado com

mais precisão as condições em que isso se poderia fazer. São duas propostas simples, a merecerem a aprovação de todos.

Para terminar, julgo que é uma grande proposta que vai trazer um grande dinamismo à economia, particularmente ao setor da construção civil.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esta é para mim!

O Orador: Sr. Deputado como é que sabe que é para si?

Sr. Deputado aquilo que eu verifico é que provavelmente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não li a proposta!

O Orador: Acredito que a tenha lido. Acredito é que não a tenha lido com atenção, ou não a percebeu.

As suas afirmações são de quem leu isto, digamos, a correr, pelo menos.

Esta proposta refere-se à redução em 75% do valor final da caução. Não tem a ver com a fórmula. Isto aplica-se ao valor final da caução. Daí a redução.

Portanto, o Sr. Deputado não deve ter percebido muito bem aquilo que está em causa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não percebi!

O Orador: Vamos aos efeitos propriamente ditos da proposta.

Nós estamos a falar de efeitos diretos, ou seja, nós tínhamos cauções na ordem dos 11 milhões de euros. Com esta redução em 75%, os custos em termos de garantias bancárias, passam para 2,2, 2,5 milhões de euros.

Estas são as poupanças diretas que as empresas de construção civil vão ter.

Para além disso há aqui outra parte que não é mensurável, ou pelo menos não é quantificável à primeira vista, que tem a ver com a poupança nas parcelas inativas, onde não se começaram a exploração, ou seja, com esta medida as empresas deixam de ter que pagar por aquilo que ainda não começaram a utilizar, ou pelo menos a extrair. Esta poupança é muito significativa porque aí

é a passagem do valor anterior, para um valor de zero. Para não falar daquilo que são os encargos financeiros para conseguirem sustentar as respetivas garantias bancárias.

Portanto, esta é uma proposta com ação direta nas empresas e, Sr. Deputado Aníbal Pires, com ação direta nos trabalhadores, porque uma empresa mais saudável, uma empresa que consegue cumprir os seus compromissos é uma empresa que trata dos trabalhadores, que cuida dos trabalhadores e que faz a economia funcionar e quando a economia funciona o rendimento das famílias e das empresas aumenta.

Sr. Deputado, peço desculpa, mas o senhor nesta matéria não está a satisfazer as suas clientelas.

Relativamente à questão referida e às propostas do CDS/PP.

Sr. Deputado, as propostas que são feitas pelo seu partido, parecem, na opinião do PS, bastante pertinentes, vão mais ao pormenor e podem balizar concretamente aquilo que nós pretendíamos.

Portanto, nós iremos votar favoravelmente a boa proposta que o seu partido fez e saudar todos os partidos socialistas pelo consenso que aparentemente têm em relação à nossa proposta e juntem-se a nós, no sentido de conseguirmos ter um efeito direto a ajudar as famílias e as empresas.

Eu sei que muitos partidos sabem e estão a trabalhar, não só neste parlamento, mas tem a sua líder a passear pelo arquipélago, também muito preocupada com as suas empresas, com o rendimento das famílias, e depois resultam em propostas nesta casa para mostrar essa preocupação com as empresas e com as famílias. O PS o que tem trabalhado apresenta nesta casa e irá continuar a fazê-lo.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional trazido pelo PS a esta Assembleia é, na opinião do BE pertinente, porque ao diminuir os custos com a extração de inertes permitirá às empresas de construção civil obter matéria-prima mais barata.

Porém, este objetivo não está, quanto nós, suficientemente explícito na proposta e pode não refletir-se no preço da matéria prima, principalmente às nossas pequenas empresas de construção, beneficiando apenas os detentores das licenças de extração.

Quanto a nós, neste aspecto, foi curta porque omissa, mas também é transitória. No entanto, reconhecemos que a aprovação deste diploma em termos de responsabilidades financeiras, junto da banca, representa um significativo libertar dessas responsabilidades. Este realmente era o fulcro da proposta, o que irá repercutir-se, direta e favoravelmente, na capacidade de financiamento das nossas empresas.

Assim, não deixando de voltar a referir, que poderemos não obter um resultado mais eficiente do que o desejado, votaremos favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quando referi há pouco que a técnica legislativa não seria a mais adequada, tem a ver com o seguinte:

Artigo 53º. do DLR 12/2007 de 5 de junho, que estabelece aqui qual é o valor da caução e tem uma fórmula que não é propriamente, em termos matemáticos, muito difícil de interpretar.

Deputado José Rego (PS): Mas deu muito trabalho a fazer!

O Orador: Mas, eu desafiava qualquer Deputado da bancada do PS, a dizer-me qual é o valor da caução.

Deputado José Rego (PS): Depende da fórmula!

O Orador: Sr. Presidente da Comissão de Economia, eu desafiava qualquer Deputado da bancada do Grupo Parlamentar do PS ...

Deputado José Rego (PS): Eu sei trabalhar com fórmulas!

O Orador: Quando eu disse que a técnica não é a mais adequada é porque seria muito mais simples fazer uma alteração à fórmula de cálculo da caução.

Vs. Exas. pretendem diminuir, até 2013, em 25% o valor de uma caução que é calculada através desta fórmula.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é completamente irrelevante!

Até porque esta proposta tem um regime transitório!

O Orador: Não é irrelevante não senhor!

Um dos motivos por que a Representação Parlamentar do PCP vai reprovar esta iniciativa é exatamente porque Vs. Exas. não utilizaram a melhor técnica para legislar.

Deputado Berto Messias (PS): É legítimo!

O Orador: V. Exas. vêm aqui fazer o quê?

Deputado Berto Messias (PS): Estávamos à espera da proposta do Sr. Deputado!

O Orador: Reduzir isto em 25%.

Por que é que não alteraram a fórmula?

Por que é que não alteraram o artigo 53º. do DLR 12/2007? Por que é que não o fizeram?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Porque é um regime transitório!

O Orador: Eu já sei que é temporal.

Esse é um dos motivos, mas há mais.

Todos sabemos que o setor da construção civil perdeu importância, em função dum conjunto de variáveis, mas também todos sabemos que o setor da construção civil foi sobredimensionado, porque Vs. Exas. quiseram que ele fosse sobredimensionado.

Portanto, agora têm de responder a essas questões.

Eu não quero falar aqui em clientelas, de maneira nenhuma, como fui acusado de não estar a satisfazer a minha clientela pelo Deputado Francisco César, porque eu não satisfaço clientelas.

A Representação Parlamentar do PCP defende projetos e defende direitos. Se Vs. Exas. têm clientelas é lá convosco, satisfaçam-nas como muito bem entenderem.

A preocupação da Representação Parlamentar do PCP é defender a economia regional e os agentes económicos, designadamente quem gera riqueza que são os trabalhadores e não os empresários, porque quem gera riqueza é o trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é bem assim!

O Orador: Portanto, a questão é tão-somente esta. Vs. Exas. vêm aqui com um projeto legislativo que, na nossa opinião, não responde duma forma estrutural a uma questão que, sendo conjuntural, é fundamental que obtenha resposta.

Uma outra dúvida que me subsiste é relativamente às questões ambientais e aos impactos ambientais que produz a exploração de inertes.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso não tem cabimento!

O Orador: Então não tem? Para que é que se destina a caução, Sra. Deputada? A caução destina-se a repor os impactos ou a minimizar os impactos que foram feitos ...

Deputado José Rego (PS): Para garantir. Não é para repor!

O Orador: Para garantir.

Então Vs. Exas. ao reduzirem o valor da caução estão a colocar em perigo essa garantia. Como vê está a dar-me razão.

Deputado José Rego (PS): Não estamos!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires agradecia que terminasse.

O Orador: Já terminei o meu tempo?

Presidente: Já sim senhor.

O Orador: Então termino já.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, dizer-lhe que a técnica que V. Exa., em nome do Grupo Parlamentar do PS, aqui apresentou, não é a mais adequada, para não utilizar os adjetivos que tanta moça lhe causou há pouco.

Não é, na nossa opinião, a mais adequada e não é uma resposta eficaz ao problema que atravessa o setor da construção civil. Procurem outros meios para

dar trabalho às empresas de construção civil, para que elas mantenham os seus trabalhadores. Não é desta forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar para dizer ao Sr. Presidente da Assembleia, que a Assembleia provavelmente gastou dinheiro desnecessariamente em microfones, porque com o Sr. Deputado Aníbal Pires não havia necessidade de os utilizar, pelo menos para mim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu dispenso o meu!

O Orador: O problema que o Sr. Deputado tem não é uma questão de técnica legislativa, é talvez um problema de técnica explicativa.

Nós não queremos alterar a fórmula de cálculo das cauções.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era isso que deviam ter dito!

O Orador: Nós não pretendemos que isso aconteça porque a fórmula tem determinados constrangimentos, aliás, tem todo aqui um ordenamento jurídico, tem todo aqui um conjunto articulado que a nosso ver está correto.

Aquilo que nós estabelecemos é uma medida transitória de apoio às empresas que baixa em 75% o valor da caução que as empresas pagam. É isso que pretendemos fazer, porque nós achamos que a conjuntura implica que sejam tomadas estas medidas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O problema é o senhor olhar só para hoje, não olha para manhã!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires não pode estar constantemente a interromper.

Uma coisa é os apartes, outra coisa é as interrupções constantes.

Sr. Deputado Francisco César, faça favor de continuar.

O Orador: Se o objetivo do PS fosse alterar a fórmula de cálculo da caução, se o objetivo do PS fosse reduzir as garantias de reposição da paisagem, teria feito outro tipo de articulado e outro tipo de proposta de Decreto Legislativo.

O objetivo primordial deste Decreto Legislativo é apoiar as empresas e a economia, que neste momento tanto necessitam.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade o Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do CDS/PP para ao artº. 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 1º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 2º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Votei contra a urgência porque considerei que nesta matéria era necessário ouvir diversos parceiros, do ponto de vista económico e também do ponto de vista ecológico e ambiental.

Deputado Berto Messias (PS): Fizemos essa audição!

O Orador: Essa questão não foi acautelada. A pressa é má conselheira em muitas situações. Considero que aqui teria tido muitas vantagens ouvir os diversos agentes em relação aos valores que estamos a praticar, em relação às diversas valências que é necessário proteger e eu considero que aqui a questão ambiental é preponderante na nossa Região.

Reconheço que a medida pode ter algum tipo de eficácia do ponto de vista económico, tem com certeza a sua utilidade para os empresários locais, mas considero que há outros valores a defender e não estou suficientemente esclarecido.

Considero que a audição pública deste assunto e sobre a bondade do projeto não foi suficientemente alargada.

Por isso votei contra a urgência e continuo a considerar que essa audição à sociedade civil, essa audição aos agentes na área ambiental, essa audição aos agentes económicos era necessária.

Tenho muitas dúvidas em relação a esta questão. Gostava de ter escutado o que é que as pessoas pensam sobre esta proposta: os agentes económicos, os empresários e também as associações ambientais. Gostava de ter ouvido a sua opinião, não me foi facultada essa oportunidade. Portanto nesse sentido não posso acompanhar esta proposta.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que lhe disse isso? Foi o seu colega Manuel Moniz?

O Orador: Deixe-me explicar a minha posição, Sr. Deputado!

Portanto, por esse conjunto de argumentos eu considero que não estou suficientemente esclarecido sobre esta matéria e há valores que não estão protegidos.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

É com regozijo que o PS vê a sua proposta e a proposta apresentada a esta Assembleia ser aprovada.

Esta é uma proposta com um objetivo muito definido: auxiliar e tentar ajudar as empresas que têm maiores dificuldades nesta altura, em que as medidas de austeridade e o cenário de austeridade, tanto penalizam a nossa economia.

Foi com gosto, que verificamos que o plenário e a maior parte dos partidos aqui presentes quiseram discutir e quiseram dar o seu contributo para a discussão deste diploma.

Pena tenho também que alguns Deputados não tenham percebido a proposta, ou melhor não tenham querido perceber a proposta.

O objetivo era claro como disse. O objetivo era ajudar as empresas e deste modo ajudar as famílias.

Ficamos satisfeitos por isso ter acontecido.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 16/2012 – “Comissão para acompanhamento e promoção de medidas conjunturais de combate ao desemprego”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

A justificação da urgência centra-se essencialmente na situação conjuntural que se está a viver ao nível da RAA, com a divulgação dos dados mais recentes que apontam para um desemprego anormalmente elevado na Região, para uma situação de verdadeira emergência social que se está a viver e também pelo facto de muito recentemente ter sido anunciado, por parte do Governo Regional, um conjunto de medidas que direta ou indiretamente estão a ser ensaiadas no sentido de reduzir o desemprego na sociedade açoriana.

Trata-se efetivamente duma situação de emergência e como tal é urgente a criação de uma comissão de acompanhamento, que propomos a este Parlamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

O PCP vai votar a favor da urgência da proposta aqui apresentada pelo PSD, até porque considera que é urgente reprová-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio que não existem mais intervenções.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo passamos de imediato à substância.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para apresentar o Projeto de Resolução.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

Nós consideramos urgente criar e aprovar esta Comissão.

Efetivamente estamos numa situação em que o desemprego atingiu níveis sem precedentes.

Há um conjunto de 18 mil açorianos (20% das famílias açorianas) que vive uma situação dramática neste momento e a tendência, como o próprio Governo Regional já o admitiu e já o perspetivou há um mês atrás pela voz do Sr. Vice-Presidente do Governo, é para aumentar, chegando, segundo as palavras do Governo Regional, a 16-17%, ou seja, estamos numa situação de verdadeira emergência social e é uma prioridade, neste momento, o combate desta situação que está a levar inúmeros açorianos a uma situação muito complicada.

Este tipo de medidas, que são medidas de natureza conjuntural, não pode estar subordinado a um calendário eleitoral que todos conhecemos e que já se está a viver neste momento. Não é aconselhável que todas estas medidas e este acompanhamento se faça obedecendo a conveniências partidárias, ou seja, é um momento de união de esforços, é um momento em que devemos ter em conta que há 18 mil pessoas nos Açores que se encontram numa situação difícil em termos de angariação de rendimentos.

Por isso são necessárias medidas, alguma delas são as que já foram apresentadas pelo Governo Regional. Outra das medidas foi a que acabámos de aprovar, nem há cinco minutos atrás.

Aquilo que é importante é que estas medidas que o Governo criou, perante as circunstâncias que estão criadas na economia açoriana ...

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento gosta de brincar com a política. Eu estou a fazer isso de forma séria, não venho para aqui brincar.

Deputado José San-Bento (PS): Digo porquê. Porque os senhores não apresentam propostas!

O Orador: Portanto estes anúncios foram feitos na sequência de se atingir uma taxa de desemprego de 15,1%, mas estes anúncios, estas medidas têm que ser efetivamente eficazes, têm que ser aplicados de uma forma segura.

Se não for feito este acompanhamento, naturalmente podem gerar-se efeitos perversos que acabam por fazer com que o tecido empresarial açoriano sofra mais do que aquilo que tem vindo a sofrer ao longo dos últimos tempos e possa ficar ainda mais debilitado.

Para se fazer este acompanhamento, para se fazer esta monitorização, entendemos que só é possível fazê-lo através do envolvimento das próprias empresas e também do envolvimento das organizações sindicais, uma vez que estamos a falar acima de tudo duma situação de desemprego.

Portanto, este acompanhamento não deve ser só feito por parte do Governo. Este acompanhamento, esta monitorização deve também ter o contributo dos parceiros sociais, que inclusivamente, não terão de fazer exclusivamente o acompanhamento, mas poderão propor medidas adicionais ou a melhoria das medidas já existentes.

Por isso consideramos que isso pode ser feito através da criação duma comissão de acompanhamento, que envolve esta composição que referimos no nosso Projeto de Resolução, envolve representantes das associações empresariais, designadamente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, da Federação Agrícola dos Açores e da AICOPA, a organização sindical correspondente à construção civil, relativamente à qual acabámos de aprovar uma medida e também das organizações sindicais UGT e CGTP.

Invoco também quatro membros do Governo, os que considerámos como os mais diretamente ligados à aplicação destas medidas.

Devo dizer que como isto é um Projeto de Resolução e como tal só é suscetível que as alterações introduzidas sejam pelo próprio autor do projeto, naturalmente que esta composição que o PSD propõe está aberta a outras alternativas apresentadas pelas diversas forças políticas aqui representadas, no sentido de melhorar a própria proposta.

Pensamos que é uma Comissão importante, é uma comissão onde neste Projeto de Resolução se criou a obrigatoriedade de reunir pelo menos uma vez por mês e desta reunião mensal fosse elaborado um relatório que deveria ser enviado a esta Assembleia, o que permite também que o parlamento açoriano siga a aplicação destas medidas, pelo menos com uma periodicidade mensal.

Pensamos que é importante criar desde já esta Comissão sendo certo que alguns parceiros sociais que por nós já foram contactados, veem com bons olhos integrarem uma comissão que faça o acompanhamento de medidas tão importantes para o cenário conjuntural açoriano em termos económicos, no próximo futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

Esta proposta que o PSD nos traz aqui, eu diria que não é surpreendente porque estamos habituados aos exercícios demagógicos do Grupo Parlamentar do PSD. Aliás, não é por acaso que o 3º parágrafo dos considerandos do preâmbulo diz: “independentemente das causas e dos responsáveis políticos por essa situação, atacar o desemprego”, etc, etc.

É evidente que não será por acaso, uma vez que esta medida é apresentada para criação de uma comissão de acompanhamento de medidas de combate ao desemprego.

Entretanto, o PSD consegue fazer uma coisa e não queria ser muito duro com as expressões para não ser acusado, porque às vezes utilizo algumas palavras que as Sras. e Srs. Deputados parece que ficam feridos.

Deputado José San-Bento (PS): Mas seja sério!

Deputado Costa Pereira (PSD): Pense nas palavras!

O Orador: Como é que se pode falar de desemprego, sem falar das causas do desemprego? Da recessão?

Qualquer proposta à volta do desemprego tem de atacar as suas causas. Mas eu entendo que o PSD, nos considerandos e no objeto da sua proposta, não tenha

falado, nem nas causas nem na recessão que levou a que o desemprego tenha atingido níveis dramáticos no País e na RAA.

Não vos convém falar nisso, até porque as últimas medidas que fizeram disparar o desemprego no País e na RAA, são da responsabilidade do PSD e do CDS/PP. Portanto, Vs. Exas. fazem este exercício completamente descontextualizado, porque não vos convém. Sabem muito bem quais são as responsabilidades que têm relativamente ao drama que vivem os trabalhadores portugueses, que vivem as famílias portuguesas e que vivem as famílias açorianas. Vs. Exas. têm responsabilidade.

A curva de aumento do desemprego é claramente acentuada com a vossa entrada para o Governo na República.

Portanto, Vs. Exas. têm essa responsabilidade e depois vêm para aqui propor uma réplica do Conselho de Concertação Económico e Social! Pelo amor de Deus!

Nós não temos na RAA um Conselho de Concertação Económico e Social onde estão representados estas instituições? Temos ou não? Replicar isso para quê?

Se Vs. Exas. viessem propor que no âmbito do Conselho Económico pudesse ser criada uma comissão de acompanhamento às medidas do Governo (aliás, julgo que faz parte das atribuições do Conselho)... Mas não!

A criatividade do Grupo Parlamentar do PSD, é uma coisa espantosa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Fico de facto surpreendido. Surpreendido não, porque já não é a primeira vez que Vs. Exas. não têm cuidado com aquilo que trazem aqui. Aquilo que trazem representa, em termos de iniciativa parlamentar nada! Contributo para o combate ao desemprego, zero!

Portanto, Srs. Deputado do PSD, julgo que o melhor que faziam mesmo era retirar a vossa proposta.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

Em primeiro lugar, não posso deixar de dizer, para que quem nos ouve e nos vê não fique com dúvidas, que não pode ficar a ideia de que não existe nenhuma Comissão ou nenhum Conselho que congregue os parceiros sociais nos Açores, que faça e desenvolva este tipo de trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Conselho Regional de Concertação Estratégica tem um plenário que congrega os nossos parceiros sociais e os seus diversos setores, quer patronato, quer os sindicatos, quer a Federação Agrícola, quer a Federação das Pescas, quer a AICOPA, enfim, uma série de representantes que têm um Plenário, que tem uma comissão permanente, que tem uma comissão coordenadora e pode ainda ter comissões especializadas criadas para o efeito.

Portanto, para que não restem dúvidas, já existe nos Açores em funcionamento um Conselho Regional de Concertação Estratégica, que desenvolve este tipo de trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, não posso deixar de registar também que esta proposta do PSD é o reconhecimento que as medidas apresentadas pelo Governo Regional dos Açores, de combate ao desemprego, são as medidas adequadas e correctas a apresentar, porque se assim não fosse, aquilo que se esperaria era que o PSD Açores trouxesse aqui propostas concretas sobre o combate ao desemprego...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... e aquilo que faz é, única e exclusivamente, vir apresentar uma proposta redundante e desadequada que não acrescenta nada de comissão de acompanhamento.

Aliás, caso para dizer, Sras. e Srs. Deputados, a comissão de acompanhamento que nós temos é o Grupo Parlamentar do PSD, que limita-se a acompanhar tudo. Não propõe nada, é só acompanhar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Limita-se a acompanhar o que outros fazem e o que outros propõem.

Portanto, a verdadeira comissão de acompanhamento que nós temos nos Açores é precisamente o Grupo Parlamentar do PSD que só acompanha. Não faz mais nada!

Deputado Francisco César (PS): Vem um bocadinho tarde!

O Orador: Aliás, já tivemos oportunidade de neste período legislativo discutir esta questão. Naturalmente o problema do desemprego é uma matéria que nos preocupa, decorre de uma conjuntura externa extremamente desfavorável e também decorre de um quadro nacional de extrema e excessiva austeridade que condiciona largamente, não só a vida dos portugueses, mas também a vida dos açorianos.

Aliás, é bom fazer história e relembrar o passado. Muitos Deputados do PSD, inclusive o Sr. Deputado António Marinho, dizia que tudo iria acabar bem, tudo seria melhor depois das eleições legislativas nacionais, depois da saída do Eng^o. José Sócrates e do PS do Governo. Tudo iria ser melhor. A verdade é que hoje estamos muito piores do que aquilo que estávamos há 9 meses. Estamos muito piores. O nosso País está muito pior do que aquilo que estava há nove meses.

Relembro, por exemplo, os dados que saíram muito recentemente que nos dizem que nos primeiros dois meses deste ano, as receitas em termos de impostos desceram mais 5%. É a prova provada que vários partidos nesta casa tinham razão, que a recessão leva a muito mais recessão.

Também podemos referir que é sabido agora, tendo em conta os dados preliminares que já temos, que a despesa - as tais gorduras, as famosas gorduras do Estado - aumentou, tendo em conta os dados preliminares que já são conhecidos, cerca de 5%.

Portanto o Projeto que o PSD tinha para o País, que iria melhorar o nosso País, aconteceu precisamente o contrário e estamos, infelizmente, piores do que aquilo que estávamos antes das últimas eleições legislativas nacionais.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E por que será?

O Orador: Quanto à questão do desemprego é conhecida. Já tivemos oportunidade de abordar isso aqui.

O Governo apresentou um conjunto de medidas transversais à nossa sociedade que pretendem apoiar vários setores da nossa Região no âmbito da minimização dos danos de austeridade nacional e também da conjuntura e, felizmente, temos capacidade de resposta e margem financeira para conseguir responder a essa situação, em contraponto com aquilo que se passa na outra Região Autónoma do nosso país, aquilo que se passa com a Madeira, aliás a famosa Madeira, que era uma referência para o PSD Açores e que era um exemplo que deveria ser seguido por todos nós.

Quem não se lembra das afirmações recentes do Dr. Costa Neves, quando dizia que quem ver sistemas de educação e sistemas de saúde a funcionar basta ir à Madeira? Depois até propunha que cada uma das ilhas dos Açores deveria ter uma sociedade de desenvolvimento, tal como existe na Madeira.

O resultado está à vista. O buraco financeiro e a irresponsabilidade da Madeira estão à vista. Não posso deixar de referir que aquela que era a grande referência de governação pública do PSD Açores, a Madeira, não conseguiu mais do que fazer um grande buraco financeiro, já na ordem dos 8 mil milhões de euros.

Não posso deixar de referir hoje, que depois da intervenção externa que foi necessária fazer na Madeira, cada madeirense vai ter que pagar mais 800 euros do que cada açoriano e tem agora pela frente inúmeras dificuldades, devido às irresponsabilidades, em termos de gestão pública, na Madeira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Quem quer ver na Madeira é dívida!

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe que o Tribunal de Contas já achou mais um buraco!

O Orador: O PSD traz-nos aqui uma proposta redundante que não acrescenta absolutamente nada ao combate que todos temos que fazer ao desemprego. Já referi há pouco que os Açores têm um Conselho Regional de Concertação Estratégica que congrega os nossos parceiros sociais.

Também no âmbito do processo de elaboração das propostas de combate ao desemprego que o Governo criou, houve um trabalho apurado e muito próximo com todos os nossos parceiros sociais, com reuniões preliminares entre o Governo Regional e os nossos parceiros sociais.

Também não posso deixar de dizer que esta proposta aqui trazida é, também ela, um desrespeito ao Conselho Regional de Concertação Estratégica e aos parceiros sociais que nele tem assento.

Também para referir uma proposta de acompanhamento, que terá o Conselho de Juventude dos Açores, das medidas implementadas e anunciadas que têm maior incidência nos jovens açorianos.

Já existe o compromisso e já está consagrada uma resolução que saiu do último Conselho de Juventude dos Açores, que haverá também um acompanhamento próximo, por parte desse Conselho de Juventude à eficácia e aos resultados destas medidas com *reports* periódicos a todos os membros das associações juvenis e dos representantes de jovens dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados:

Nós encaramos a questão do desemprego como um debate central e crucial para o PS e para o futuro dos Açores.

Nós não encaramos esta questão com estas propostas que não acrescentam nada, com a demagogia e com o populismo que nos tem sido oferecido pelo PSD Açores nesta matéria, fazendo afirmações, por exemplo, por parte da Sra. Presidente do PSD, que os Açores precisam, de menos políticos a tempo inteiro, quando ela própria é política a tempo inteiro há mais de 30 anos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não te metas por aí!

O Orador: Fazem aliás lembrar, as afirmações e as declarações do Dr. Pedro Passos Coelho, antes das últimas eleições legislativas nacionais, mas isso também não nos surpreende porque toda a gente sabe que o apoio da Dra. Berta Cabral ao Dr. Passos Coelho ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso tem a ver com a proposta?

O Orador: ... é profundamente convicto ou não fosse ela mandatária d sua candidatura nos Açores à liderança do PSD nacional.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando falo do currículo de insucesso do Secretário da Economia, não posso falar!

Deputado Berto Messias (PS): Claro que podes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento:

Para transmitir a esta câmara que o PPM votará a favor deste Projeto de Resolução.

Vamos votar a favor porque o consideramos adequado, pelos seguintes motivos que vou passar a enumerar.

Em primeiro lugar, porque considero que a monitorização, do ponto de vista conjuntural (conjuntural e não estrutural), que foi efetuada pelo Governo Regional não foi eficaz.

Essa monitorização significou que, do ponto de vista prático, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, em novembro estava a dizer que o desemprego não aumentava e 3 meses depois estava aqui a anunciar o holocausto de 17% de desemprego na RAA e a anunciar o maior número de desempregados de sempre, na RAA.

Esse é o primeiro motivo.

Existe neste momento uma monitorização eficaz em relação às medidas que estão a ser implementadas para combater o desemprego? Não foi eficaz. O próprio Governo Regional foi absolutamente surpreendido com os valores que foram atingidos pelo desemprego e pela alteração radical que esses valores sofreram no espaço de apenas 3 meses.

Portanto é necessário um acompanhamento ou uma conjuntura que é tremendamente difícil e penso que em relação a uma situação de emergência nós teremos que ter respostas diferentes e teremos que ter respostas ao nível da conjuntura.

Por isso uma Comissão que tem uma natureza diferente da concertação estratégica, que tem aqui o efeito e uma calendarização muito apertada para responder de forma conjuntural ao acompanhamento que é preciso fazer em relação à alteração drástica que nós estamos a ter em relação ao aumento do desemprego, penso que é eficaz, penso que serve os interesses dos Açores, serve no combate ao desemprego.

Segundo fator que me leva a votar a favor, tem a ver com a manutenção de uma situação social estável.

Nós temos em relação aos restantes Países da Europa esta grande vantagem, a estabilidade do ponto de vista social.

É necessário mantê-la. Como é que a conseguimos manter?

Envolvendo sindicatos, envolvendo empresas, envolvendo políticos no combate ao problema, para que todas as opiniões sejam ouvidas. Antes de ser ouvidas na rua, que sejam ouvidas em reuniões, em gabinetes, para que sejam prestigiadas, para que todos possam discutir de uma forma rápida, de uma forma partilhada, partilhando responsabilidades, partilhando decisões, partilhando opiniões, partilhando estudos, partilhando análises.

Nesse sentido, considero que do ponto de vista de enfrentar uma situação que do ponto de vista social pode ser difícil, o melhor escape do ponto de vista democrático, é criar uma comissão que consegue responder, que consegue ouvir toda a gente e que consegue ouvir diversas análises numa pluralidade que eu considero fundamental.

Terceiro fator, tem a ver com o período político em que vivemos.

Estamos à beira da realização de eleições. O que acontece é que sempre que se aproxima um período eleitoral, as análises e as respostas tendem a ser mais sectárias e todos os partidos, os diversos agentes políticos têm de responder, com rigor, exatidão e um desvio do ponto de vista daquele que é o contexto eleitoral, ou seja respondendo com racionalidade e objetividade a todos os dados que lhes são transmitidos.

Considero que era importante que existisse nesta Comissão uma partilha de dados, uma partilha de responsabilidades que ultrapassasse o setarismos que afeta os períodos pré eleitorais, não só em Portugal, mas como em todos os países do mundo, como é do conhecimento de Vs. Exas.

Por isso, por estes três conjuntos de motivos, esta Comissão é uma resposta conjuntural, a uma conjuntura tremendamente difícil. Tem mais-valias. Outra coisa é, discutirmos os contributos das diversas forças políticas e do Governo Regional para o combate ao desemprego e as medidas que cada um apresenta.

Essa é outra questão, esse é outro debate. Este debate é um mecanismo de resposta conjuntural rápida a este problema. Faz sentido? Faz sentido. Faz sentido nos Açores, como fez sentido também na Suécia onde ele foi criado e na Holanda onde foram criadas comissões do mesmo tipo de respostas conjunturais.

Isto está a ser feito, não é nenhuma novidade e é com certeza uma iniciativa que terá, na minha perspectiva, por estes três conjuntos de razões que acabei de apresentar, grandes benefícios para os Açores.

Portanto, não faço aqui uma análise partidária, faço uma análise institucional. Tem vantagens muito importantes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo pede para intervir neste debate uma vez que estão em causa a apreciação das medidas que o Governo propôs, mas como já foi dito aqui pelo Deputado Berto Messias, o Governo entende que todos os partidos representados nesta câmara têm vários instrumentos para acompanhar estas medidas, incluindo a própria Comissão de Economia que pode subestabelecer uma subcomissão para concretamente fazer esse acompanhamento.

Por isso não nos parece que se venha trazer nada de novo com mais uma Comissão.

Parece que o PSD passou dos pedidos de estudos para as comissões disto e daquilo. Parece-me que nesta altura o que nós precisávamos e os açorianos era de partidos que a seis meses das eleições, deveriam ter já um programa fundado para um futuro que é imediato.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para além destas 24 medidas, até deveriam ter outras 24 ou 48.

O PSD neste momento aspira a ser Governo da Região, mas não inspira confiança aos açorianos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas respira!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos:

Vou recentrar a questão e não vou obviamente falar relativamente às considerações laterais que foram feitas por alguns dos intervenientes e obviamente nem sequer me vou referir àquilo que disse o Sr. Secretário Regional, que evidenciou apenas uma coisa, é que não leu o Projeto de Resolução do PSD.

Portanto, é desculpável aquilo que ele disse. Porquê? Falou noutra coisa que não tem nada a ver com isso.

Sr. Secretário Regional, aconselhá-lo-ia, até porque o senhor consta aqui na composição como um dos membros desta comissão...

Deputado Berto Messias (PS): Não precisa mais nada!

O Orador: ... que para a próxima leia. Venha melhor preparado para aqui.

Sem falar nas considerações laterais que foram feitas, que foram para muito longe, que foram para muito lado, não vou falar nisso, vou recentrar...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia ser presidente da comissão de acompanhamento do PSD!

O Orador: ... naquilo que considero efetivamente importante.

Aquilo que queria dizer desde já é que há aqui uma questão que exige uma resposta. Da parte deste Parlamento, da parte dos diversos partidos representados neste Parlamento, querem ou não que os parceiros sociais, conjuntamente com o Governo, avaliem as medidas que estão a ser tomadas no sentido de combater o desemprego gritante que existe na RAA, de acompanhar, de monitorizar as medidas que estão a ser levadas a cabo, por parte do Governo Regional?

Querem ou não querem que os parceiros sociais, sindicatos e associações empresariais acompanhem o Governo nesta monitorização?

Querem ficar, orgulhosamente sós, a monitorizar as medidas ou querem o contributo daqueles que estão diretamente envolvidos?

A questão é esta: querem os sindicatos e as empresas ou não querem?

Querem continuar sozinhos. Ponto um.

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O senhor faça outra proposta!

O Orador: Estamos certos, até porque falámos com alguns desses parceiros sociais, que eles veriam com bons olhos integrarem uma comissão desta natureza.

Segunda questão: Conselho Regional de Concertação Social.

Existe? Existe.

Funciona? De vez em quando.

Tem possibilidade de acompanhar medidas de natureza conjuntural, muito específicas, que estão a ser levadas a cabo neste momento?

Deputado Berto Messias (*PS*): Tem!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional acha que não é tanto, acha que não se convocou, penso que já por duas vezes, expressamente os parceiros sociais para se pronunciarem relativamente a estas medidas. Não convocou o Conselho Regional de Concertação Social, ou seja, isto é uma Comissão muito mais eficaz, em termos operacionais e que os parceiros sociais vêm com bons olhos. Querem ou não querem?

Deputado Berto Messias (*PS*): Esta ideia não foi tua Duarte, fazes melhor do que isto!

O Orador: Terceira questão: o reconhecimento, obviamente, são aquelas conclusões fantásticas do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que dizia numa forma muito evidente que isto é o reconhecimento do PSD, que as medidas empreendidas pelo Governo são as adequadas.

Deputado Berto Messias (*PS*): Manifestamente!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, junte-se ao Sr. Secretário! Também não leu!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Então leia!

O Orador: Não leu, porquê? Porque o que diz no objeto desta Comissão é: “a Comissão tem por objeto o acompanhamento da aplicação das medidas conjunturais anunciadas pelo Governo Regional, para atenuar o aumento do

desemprego na RAA, bem como propor outras que possam contribuir para tal desiderato”. Ou seja, à partida as medidas que estão no terreno podem não ser as adequadas, há sempre possibilidades de serem melhores. Há possibilidade de serem alteradas e há possibilidade de existirem outras medidas.

Portanto, a conclusão do Sr. Deputado Berto Messias, pura e simplesmente, não existe e não faz minimamente sentido.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A desgraça dessa intervenção só se justifica porque já está tarde!

O Orador: Sr. Deputado, vou dizer-lhe uma coisa. Quando o senhor fala e diz coisas dessas, é quando fico mais convicto de que aquilo que estou a dizer é perfeitamente compreendido lá fora.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então desengane-se, porque estou convicto!

Deputado Berto Messias (PS): Está enganado!

O Orador: Se quiser até lhe explico, muito mais vindo de si.

A última questão que aqui gostaria de deixar é a estranheza do PSD. Perante um desafio feito por parte do Sr. Presidente do Governo (esperava a criatividade dos parceiros sociais), o PS entenda que esta comissão não faz sentido.

Acho (muito sinceramente, é uma opinião que tenho) que os senhores estavam à espera, quando foi anunciada esta iniciativa, dum outro tipo de iniciativa e por isso tentam arranjar os argumentos que não existem.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não estávamos!

Deputado Berto Messias (PS): Tem toda a razão! Confesso que estávamos! Estávamos à espera de uma comissão eventual!

O Orador: Lá fora, estamos certos que os desempregados, os sindicatos e as associações empresariais percebem a constituição e o objeto desta Comissão e o seu benefício.

Se os senhores entenderem não a aprovar, estão no seu direito, como é óbvio, mas obviamente que daí poderemos retirar conclusões e não será o PSD que as irá retirar. São os 18 mil desempregados existentes na RAA, são os parceiros sociais, designadamente os sindicatos e as associações empresariais que se

veem arredadas pura e simplesmente de monitorizar medidas que são importantes para o desenvolvimento da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A pedido do Deputado Francisco César vou tentar falar baixo, mas não espere que eu lhe vá sussurrar ao ouvido, porque não o farei.

Deputado Rui Ramos (PSD): Até parecia mal, Sr. Deputado!

O Orador: Queria dar um contributo para a discussão, e até ao Grupo Parlamentar do PSD, um contributo franco e honesto.

Independentemente dos considerandos que julgo que deveriam trazer não só a preocupação legítima que todos temos relativamente às questões do desemprego, deveriam também trazer as causas e o combate às causas, dos quais os senhores são responsáveis, como eu há pouco disse, mas independentemente e até descansando a questão dos considerandos, julgo que o objeto deste projeto de resolução deveria passar, não pela constituição ou pela criação de uma comissão de acompanhamento, mas por uma outra questão. Aí, Vs. Exas. teriam todo o meu apoio, que era recomendar ao Governo Regional que o Conselho Regional de Concertação Estratégica funcionasse com regularidade. É isso que não se está a passar.

Se o Conselho Regional de Concertação Estratégica funcionasse com a regularidade que lhe é devida e está conferida, se calhar esta situação não se colocava. O Conselho Regional de Concertação Estratégica teria já tido oportunidade de desenvolver algum trabalho, relativamente às questões do desemprego e no uso das suas competências fazer aquilo que Vs. Exas. estão a recomendar aqui através da criação de uma Comissão.

Portanto, o contributo que eu deixo é este: solicitar ao Grupo Parlamentar do PSD que recomende ao Governo Regional que o Conselho Regional de Concertação Estratégica reúna com regularidade e que crie no âmbito desse Conselho uma comissão de acompanhamento dos assuntos do emprego.

Se o fizerem, terão certamente o apoio do PCP, aliás é um contributo e um desafio que vos deixo.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 11 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passo a ler a seguinte Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o nosso período legislativo.

A todos muito obrigado.

Bom regresso a vossas casas e até sempre.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Nélia Maria Brito **Nunes**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral **Reis**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio José Gomes **Lopes**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Relatório e Parecer:

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei – “Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional” - n.º 93/2012 – 199/IX - \(CM\)](#)

Proveniência: Subcomissões de Política

Entrada: 2012 – 03– 21;

Assunto: Proposta de Lei n.º 48/XII – “Aprova as alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira” – n.º 196/IX - (AR)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Entrada: 2012 – 03– 22.

2 – Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário da ALRAA n.º 126.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 120, 121, 122, 123, 124 e 125.

—

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco